Estratégia
Carreira Jurídica

Simulados Inéditos

Demonstrativo Produtos da Assinatura Delta

Autor:

03 de Fevereiro de 2021

Quer testar seus conhecimentos?

Com simulados inéditos e periódicos você pode avaliar a evolução nos estudos e corrigir desvios ao longo da preparação.

Confira um simulado que aplicamos para o cargo de Delegado da PC-PR, pós-edital, elaborado conforme o edital publicado.

Boa prova!

Estratégia
Carreira Jurídica


Estratégia
Carreira Jurídica
E SE A PROVA FOSSE HOJE?
6º SIMULADO DELEGADO DA PCPR

INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

1 – Esta prova é focada no concurso Delegado da PCPR.
2 – A prova contém **100 questões** cobrando assuntos do programa do edital do concurso.
3 – **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelos nossos professores, com base no perfil da banca organizadora do concurso.
4 – Você receberá, por e-mail, o PDF ou poderá baixar o arquivo que ficará disponível em um artigo na página principal do site do Estratégia Concursos;
5 – Você terá das **8:30 às 13:00** para responder às questões;

6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;

7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.

8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA O GABARITO

https://bit.ly/Simulado-PCPR-Delegado-26-07

Cartão de Respostas								
1		21		41		61		81	
2		22		42		62		82	
3		23		43		63		83	
4		24		44		64		84	
5		25		45		65		85	
6		26		46		66		86	
7		27		47		67		87	
8		28		48		68		88	
9		29		49		69		89	
10		30		50		70		90	
11		31		51		71		91	
12		32		52		72		92	
13		33		53		73		93	
14		34		54		74		94	
15		35		55		75		95	
16		36		56		76		96	
17		37		57		77		97	
18		38		58		78		98	
19		39		59		79		99	
20		40		60		80		100	

PROVA OBJETIVA

DIREITO ADMINISTRATIVO

Thállius Moraes

01. Segundo entendimento adotado pela doutrina majoritária do Direito Administrativo, assinale a opção correta

a) No Brasil, adota-se o modelo francês de jurisdição como forma de controle da administração pública.

b) O Estado é formado pela união de três elementos originários e indissociáveis, que são: povo, território e governo soberano.

c) São fontes diretas do Direito Administrativo as leis, a doutrina, os costumes e a jurisprudência.

d) A divisão de Poderes no Estado, de acordo com a clássica teoria de Montesquieu, é adotada pelo ordenamento jurídico brasileiro, com divisão absoluta de funções.

e) A administração pública em sentido objetivo não alcança a função desempenhada pelos Poderes Legislativo e Judiciário.

Gabarito: B

Comentários: A) Errado, no Brasil é adotado o sistema inglês de jurisdição como forma de controle da administração (unicidade da jurisdição).

B) Certo, esses são os elementos essenciais para a formação de um Estado.

C) Errado, os costumes são fontes indiretas do Direito Administrativo.

D) Errado, as funções são exercidas de forma típica e atípica, não sendo exclusividade de um único poder, como a função administrativa, por exemplo, que é exercida pelo Poder Executivo de forma típica e pelos Poderes Legislativo e Judiciário de forma atípica.

E) Errado, em sentido objetivo (material ou funcional) o termo "administração pública" remete à atividade desempenhada, isto é, à função administrativa, que também é exercida pelos Poderes Legislativo e Judiciário (de forma atípica).

02. Acerca da organização da Administração Pública, assinale a alternativa que corresponde ao aplicado no sistema jurídico nacional

a) Toda sociedade em que o Estado possua participação acionária majoritária integra a administração indireta.

b) As ações judiciais cíveis em que figure como parte uma sociedade de economia mista cuja sócia majoritária seja a União são de competência da Justiça Federal.

c) É possível que o poder público crie uma empresa pública pluripessoal.

d) Não é possível a celebração de contrato de gestão com entes da Administração Indireta.

e) A instituição de uma fundação pública de direito público é feita por meio de autorização em lei ordinária específica, cabendo a lei complementar definir as áreas de sua atuação.

Gabarito: C

Comentários: A) Errado, para integrar a Administração Indireta é necessária uma lei (que crie ou autorize a criação). O Estado pode adquirir ações de uma empresa sem que ela integre a Administração Pública.

B)Errado, como regra geral, as ações, no âmbito da justiça comum, em que sejam parte as sociedades de economia mista, são de competência da Justiça Estadual, independente desses entes serem federais, estaduais ou municipais.

C) Certo, as empresas públicas podem ser unipessoais (capital social pertence a um único ente) ou pluripessoal (capital social pertencente a mais de um ente, como uma empresa pública criada em conjunto por 2 Municípios, por exemplo).

D) Errado, a celebração do contrato de gestão com os entes da Administração Indireta é prevista no art. 37, § 8º, da CF, que diz: *A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder*

público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade (...).

E) Errado, as fundações públicas de direito público são espécies de autarquia. Desse modo, sua criação é feita diretamente por lei (e não autorizada por lei, como narra a questão).

03. Considerando as regras aplicáveis às empresas públicas, assinale a alternativa incorreta.

a) O capital social utilizado para a criação de uma empresa pública é integralmente público, não sendo admissível capital privado na sua formação.

b) Mesmo possuindo personalidade jurídica de direito privado, as empresas públicas estão submetidas ao dever geral de licitar.

c) Uma empresa pública estadual não se encontra submetida ao teto remuneratório, salvo se receber recursos de algum ente federado para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral.

d) A criação de uma subsidiária de uma empresa pública somente pode ser feita se houver autorização legislativa.

e) As empresas públicas adquirem personalidade jurídica a partir da vigência da lei que autoriza a sua criação.

Gabarito: E

Comentários: A) Certo, o capital das empresas públicas é sempre integralmente público, apenas nas sociedades de economia mista é que se admite capital privado na sua constituição.

B) Certo, a regra geral, que se aplica a todos os entes da Administração Pública, é a obrigatoriedade de licitar. As hipóteses de contratação direta são exceções, admissíveis somente previsão legal.

C) Certo, as empresas públicas e as sociedades de economia mista somente se sujeitam ao teto remuneratório na hipótese de receberem recursos de um ente federado para pagamento de pessoal. Veja o que diz o art. 37 da CF: *§ 9º O disposto no inciso XI aplica-se às empresas públicas e às sociedades de economia mista, e suas subsidiárias, que receberem recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral.* Vale salientar que o inciso XI citado é o que trata do teto remuneratório.

D) Certo, a CF exige lei autorizativa para a criação das subsidiárias, conforme extraímos do art. 37: *XX - depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada;*

E) Errado, as empresas públicas adquirem personalidade jurídica a partir do seu registro na serventia registral pertinente.

04. Considere os seguintes itens

I - A descentralização consiste na repartição de competências exclusivamente entre órgãos da administração pública.

II - A distribuição de competências a órgãos subalternos despersonalizados, como uma secretaria, por exemplo, é modalidade de desconcentração de poder.

III - A descentralização por colaboração ocorre, por exemplo, quando a administração pública, por meio de ato administrativo, transfere a execução de um serviço a uma pessoa jurídica, mas conserva a titularidade do serviço.

Está correto apenas o disposto em

a) I, II e III.

b) I e II.

c) I e III.

d) II e III.

e) II.

Gabarito: D

Comentários: I – Errado, esse é o conceito de desconcentração. A descentralização é a transferência para um ente da Administração Indireta ou para um particular.

II – Certo, a desconcentração é a criação de órgãos públicos (que realmente não possuem personalidade jurídica), sendo uma forma de distribuição interna das competências. As secretarias são espécies de órgãos públicos.

III – Certo, a descentralização por colaboração (ou por delegação) é a aquela feita para particulares. Ela pode ser feita por meio de um ato administrativo ou de um contrato administrativo, transferindo somente a execução do serviço em questão, jamais a sua titularidade.

05. Considerando as regras constitucionais e aos entendimentos predominantes da doutrina e da jurisprudência acerca dos agentes públicos, assinale a alternativa correta.

a) É vedada, em qualquer hipótese, a adoção de requisitos ou critérios diferenciados para concessão de benefícios em regime próprio de previdência social.

b) Somente servidores efetivos podem ser designados para o preenchimento de uma função de confiança.

c) A greve no serviço público representa uma norma constitucional de eficácia contida.

d) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Executivo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Judiciário.

e) É inadmissível que o edital de um concurso estabelece restrições quanto ao sexo dos candidatos.

Gabarito: B

Comentários: A) Errado, essa vedação possui exceções, como no caso de agentes policiais e servidores com deficiência, por exemplo. Veja o que diz o art. 40 da CF: *§ 4º É vedada a adoção de requisitos ou critérios diferenciados para concessão de benefícios em regime próprio de previdência social, ressalvado o disposto nos §§ 4º-A, 4º-B, 4º-C e 5º. § 4º-A. Poderão ser estabelecidos por lei complementar do respectivo ente federativo idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores com deficiência, previamente submetidos a avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar. § 4º-B. Poderão ser estabelecidos por lei complementar do respectivo ente federativo idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de ocupantes do cargo de agente penitenciário, de agente socioeducativo ou de policial dos órgãos de que tratam o inciso IV do caput do art. 51, o inciso XIII do caput do art. 52 e os incisos I a IV do caput do art. 144. (...)*

B) Certo, essas funções somente podem ser ocupadas por servidores efetivos, conforme rege o art. 37 da CF: *V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;*

C) Errado, é uma norma constitucional de eficácia limitada, pois necessita da edição de lei infraconstitucional para seu desempenho (vale lembrar que o STF entendeu que enquanto essa lei não for feita, utiliza-se a lei de greve da iniciativa privada, no que for cabível). *Art. 37 (...) VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica;*

D) Errado, cuidado para não confundir essa regra com o teto remuneratório. A CF traz esse mecanismo para evitar a defasagem dos servidores do Executivo que desempem os mesmos cargos em relação aos outros poderes. Vejamos o que diz o art. 37: *XII - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;*

E) Errado, segundo o STF pode haver limitação quanto ao sexo dos candidatos quando houver previsão legal nesse sentido. Seria o caso, por exemplo, para o preenchimento de certos cargos em uma penitenciária feminina.

06. Considerando a possibilidade de um servidor público da administração estadual, titular de um cargo efetivo, exercer um mandato eletivo, julgue V (verdadeiro) ou F (falso) quando às regras aplicáveis.

( ) tratando-se de mandato eletivo federal ficará, obrigatoriamente, afastado de seu cargo.

( ) tratando-se de mandato eletivo estadual, somente será afastado de seu cargo se não houver compatibilidade de horários.

( ) tratando-se de mandato eletivo municipal, somente será afastado de seu cargo se não houver compatibilidade de horários.

a) V - V - V.

b) V - F - V.

c) V - F - F.

d) F - F - V.

e) F - F - F.

Gabarito: C

Comentários: (V) No caso de mandato eletivo federal não é possível a acumulação, independente da existência de compatibilidade de horários.

(F) No caso de mandato eletivo estadual não é possível a acumulação, independentemente da existência de compatibilidade de horários, ou seja, ele obrigatoriamente será afastado.

(F) No caso de mandato eletivo municipal nós temos dois cargos: Prefeito (caso que será afastado independente de existir ou não compatibilidade de horários) e Vereador (somente será afastado se não houver compatibilidade de horários).

Vejamos o que diz o art. 38 da CF, que trata desse assunto:

Art. 38. Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:

I - tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;

II - investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

III - investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior;

07. Ato administrativo discricionário, de competência exclusiva de uma autoridade estadual, que venha a ser praticado por autoridade diversa, é considerado

a) insanável, independentemente da finalidade do ato.

b) anulável, se houver vício de forma.

c) nulo, sendo passível de revogação.

d) sanável, se não houver vício quanto a sua finalidade.

e) sanável, independentemente da finalidade do ato.

Gabarito: A

Comentários: Vícios no elemento competência, como regra são passíveis de convalidação, caso em que temos um ato anulável, sendo esse um vício sanável. Contudo, há exceções. Quando se tratar de competência exclusiva ou em razão da matéria, não cabe convalidação, pois esse é um vício insanável (ato nulo), independentemente da finalidade do ato.

Desse modo, a única alternativa que se enquadra no exposto é a alternativa "A", pois, na situação narrada, estamos diante de um vício insanável, pouco importando a finalidade do ato.

08. O ato administrativo negocial mediante o qual a administração pública faculta, de maneira unilateral e vinculada, a um particular o exercício de determinada atividade para a qual preencha os requisitos legais corresponde à

a) licença.

b) homologação.

c) permissão.

d) autorização.

e) aprovação.

Gabarito: A

Comentários: A licença é o ato negocial praticado quando o particular preencher os requisitos para sua concessão. Trata-se, como regra, de um ato vinculado, de modo que representa um direito subjetivo do administrado que preencher os requisitos. Como exemplo podemos citar a licença para dirigir e a licença para construir.

09. Considerando as disposições doutrinárias e jurisprudenciais predominantes acerca dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

a) A administração pública poderá, de ofício ou mediante requerimento, revogar atos

administrativos que possuam vício que os torne ilegais.

b) A concessão de aposentadoria é um ato administrativo complexo, que somente se aperfeiçoa com o registro do ato no tribunal de contas.

c) São considerados atos administrativos somente os atos produzidos pelos poderes do Estado.

d) Um comando emitido oralmente por agente público, no exercício de função administrativa e manifestando sua vontade, não pode ser considerado um ato administrativo.

e) O ato administrativo será anulado caso o administrado deixe de atender a uma condição necessária para permanência do ato.

Gabarito: B

Comentários: A) Errado, os atos ilegais devem ser anulados, e não revogados.

B) Certo, conforme entende o STF, a aposentadoria é um ato complexo, pois demanda a manifestação de vontade do órgão do servidor e do respectivo tribunal de contas. Nesse caso, temos duas manifestações de vontade que se unem para praticar o mesmo ato.

C) Errado, particulares que estejam desempenhando uma função administrativa também podem praticar atos administrativos.

D) Errado, embora a regra geral seja de que os atos administrativos são praticados por escrito, é admissível também a sua prática por meio de gestos, sinais ou até de maneira oral.

E) Errado, nesse caso a extinção do ato será feita mediante a cassação, e não mediante a anulação (que é feita apenas quando o ato é ilegal).

10. Assinale a opção que trata corretamente do poder de polícia administrativa.

a) A punição de uma empresa particular que recebeu a delegação de um serviço público, mas que o esteja prestando de maneira deficiente, decorre do poder de polícia de polícia.

b) Com base no poder de polícia administrativa, o Estado realiza a investigação de crimes e também prática atos para a instrução processual penal.

c) O poder de polícia somente é exercido pelos órgãos de segurança pública.

d) Embora possa ser aplicado repressivamente, o poder de polícia é dotado de uma natureza eminentemente preventiva.

e) Dado o atributo da coercibilidade, as decisões adotadas pelo administrador público com base no poder de polícia podem ser executadas diretamente, sem necessidade, como regra, de intervenção judicial.

Gabarito: D

Comentários: A) Errado, o particular que está prestando o serviço público possui um vínculo jurídico específico com o Estado, como um contrato administrativo, por exemplo. Nesses casos, a punição é uma decorrência do poder disciplinar.

B) Errado, essa é uma decorrência da polícia judiciária, e não da polícia administrativa.

C) Errado, eles são exercidos por diversos outros órgãos, como a Receita Federal e a Vigilância Sanitária, por exemplo.

D) Certo, o poder de polícia é predominantemente preventivo, mas em casos de descumprimento das regras será aplicada a sanção cabível, o que exterioriza também a natureza repressiva que esse poder pode ser dotado.

E) Errado, essa é uma decorrência da autoexecutoriedade, e não da coercibilidade (que trata da imposição unilateral dos atos praticados com base nesse poder).

11. Considerando os poderes administrativos, analise os seguintes itens como V (verdadeiro) ou F (falso), assinalando a alternativa corresponde.

( ) Ocorre abuso de poder, na modalidade desvio de poder, quando um agente público pratica um ato que não é de sua competência, com o intuito de prejudicar um desafeto.

( ) Ao editar atos normativos com o objetivo de ordenar a atuação de órgãos a ele subordinados o administrador público age no exercício do poder hierárquico.

( ) A punição de servidor público que tenha praticado uma infração administrativa é

fundamentada nos poderes disciplinar e de polícia da Administração Pública.

a) V - V - V.

b) V - V - F.

c) V - F - F.

d) F - F - V.

e) F - V - F.

Gabarito: E

Comentários: (F) Nesse caso foi praticado abuso de poder na modalidade excesso de poder, pois a autoridade não possuía competência para a prática do ato. No desvio de poder a autoridade possui competência para praticar o ato, mas o faz com finalidade diversa do interesse público ou da prevista em lei.

(V) Ao praticar tais atos, dentro de sua estrutura interna, regulando a atuação de seus órgãos e servidores subordinados, temos uma expressão do poder hierárquico. Note que essa atuação também decorre do pode regulamentar, mas, no caso narrado, não são excludentes.

(F) A punição de servidores decorre de forma direta do poder disciplinar e de forma indireta do poder hierárquico, não possuindo relação com o poder de polícia.

12. Acerca da responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa incorreta.

a) A responsabilidade do Estado, prevista na Constituição Federal de 1988, é enquadrada como objetiva.

b) A culpa recíproca ou concorrente da vítima é causa atenuante da responsabilidade civil do Estado.

c) A condenação do Estado em ação indenizatória ajuizada em razão de dano causado por servidor público enseja a responsabilização do servidor em ação regressiva, desde que ele tenha agido de forma dolosa ou culposa.

d) O Estado é objetivamente responsável por dano causado a particular em decorrência de um buraco existente em uma rodovia que se encontra sob responsabilidade pública.

e) Nem todos os entes integrantes da Administração Pública responderão de forma objetiva pelos danos decorrentes de condutas comissivas de seus agentes.

Gabarito: D

Comentários: A) Certo, essa responsabilização encontra-se prevista no art. 37, §6º, da CF, que diz: *§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.*

B) Certo, no caso de culpa recíproca, ou concorrente, haverá a redução do quantum indenizatório, de forma que a responsabilização estatal resta atenuada ante a colaboração da vítima para a ocorrência do evento danoso.

C) Certo, a responsabilidade civil do servidor é subjetiva, de modo que a ação regressiva somente é cabível se ele houver agido com dolo ou culpa.

D) Errado, pois, nesse caso, estamos diante de uma omissão estatal, caso em que é aplicada a teoria da responsabilidade subjetiva, isto é, o Estado somente será responsabilizado caso seja demonstrada que essa omissão se deu em virtude de negligência.

E) Certo, as empresas públicas e as sociedades de economia mista, quando exploradoras de atividade economia, respondem de forma subjetiva pelos danos causados pelos seus agentes.

13. José, delegatário de um cartório, no exercício das funções cartorárias, causou dano a um particular. Nesse caso, a responsabilidade civil será

a) de José, que responderá subjetivamente pelos danos causados a esse particular.

b) de José, que responderá objetivamente pelos danos causados a esse particular.

c) de José, sendo que o Estado poderá ser responsabilizado de forma subsidiária.

d) do Estado, que responderá de forma objetiva e direta, sendo que José responderá somente mediante ação de regresso, independente de agido com dolo ou culpa.

e) do Estado, que responderá de forma objetiva e direta, sendo que José responderá somente mediante ação de regresso, caso tenha agido com dolo ou culpa.

Gabarito: E

Comentários: Conforme a jurisprudência do STF, o Estado tem responsabilidade civil objetiva para reparar danos causados a terceiros por tabeliães e oficiais de registro no exercício de suas funções cartoriais. Nesses casos, o Estado deve ajuizar ação de regresso contra o responsável pelo dano, nos casos de dolo ou culpa, uma vez que a responsabilidade do agente público, mesmo nesses casos, é subjetiva.

14. Julgue os próximos itens acerca dos serviços públicos.

I - A Encampação consiste na retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização.

II - A transferência de concessão ou de controle societário da concessionária sem a prévia anuência do poder concedente implicará a caducidade da concessão.

III – A concessão e a permissão de serviços públicos devem ser feitas obrigatoriamente mediante licitação, na modalidade concorrência, requisito indispensável para a delegação de serviços públicos nesses casos.

Está correto apenas o disposto em

a) I.

b) II.

c) I e II.

d) II e III.

e) I, II e III.

Gabarito: C

Comentários: I - Certo, trata-se da forma de extinção que ocorre por razões de interesse público, prevista no 37 da Lei 8.987/95, que diz: Considera-se ENCAMPAÇÃO a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização, na forma do artigo anterior.

II - Certo, tal conduta é uma das previstas na Lei 8.987/95 que é passível de extinção do serviço público por meio da denominada caducidade. Vejamos o que diz a Lei: Art. 27. A transferência de concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará a caducidade da concessão.

III - Errado, apenas na concessão a modalidade licitatória obrigatoriamente deve ser a concorrência. Na permissão de serviços públicos a modalidade licitatória irá variar. Vejamos o que diz a Lei 8.987/95: *Art. 2º (...) II - concessão de serviço público: a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado; (...) IV - permissão de serviço público: a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.*

15. Considerando as disposições legais, doutrinárias e jurisprudenciais predominantes acerca do controle da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

a) O controle judicial dos atos administrativos é restrito a aspectos de legalidade, sendo vedada a análise do mérito administrativo pelo Poder Judiciário.

b) Lei complementar pode estabelecer hipóteses de controle legislativo sobre a atuação do Poder Executivo.

c) O controle externo da administração pública é hierarquicamente superior ao controle interno.

d) A autotutela assegura que a administração pública reveja seus atos, anulando-os, quando ela os entender como ilegais, inoportunos ou inconvenientes.

e) A supervisão ministerial exercida sobre os entes da Administração Indireta é exemplo de controle administrativo hierárquico.

Gabarito: A

Comentários: A) Certo, o controle judicial aprecia apenas a legalidade dos atos, não podendo apreciar o mérito dos atos discricionários.

B) Errado, as hipóteses de controle legislativo estão previstas na CF, não podendo ser ampliadas por lei infraconstitucional, sob pena de violação da separação dos Poderes.

C) Errado, inexiste hierarquia entre o controle interno e o controle externo. A CF apenas dispõe que o controle interno tem o dever de apoiar o controle externo na sua missão institucional.

D) Errado, quando os atos forem inoportunos e inconvenientes eles são passíveis de revogação, e não de anulação.

E) Errado, na supervisão ministerial (tutela administrativa ou controle finalístico), que é o controle que a Administração Direta faz sobre a Administração Indireta, não existe hierarquia ou subordinação.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriana Fauth

16. Referente aos direitos individuais e coletivos, marque a alternativa incorreta.

a) A garantia do exercício de qualquer profissão não é irrestrita, já que algumas delas devem atender aos requisitos previstos em lei.

b) Por se tratar de situação de caráter excepcional, o STF entende que poderá haver juízo ou tribunal de exceção na hipótese de guerra declarada.

c) É de competência do tribunal do júri julgar os crimes dolosos contra a vida e os conexos a eles, mesmo que não se encaixem na definição de crime doloso contra a vida e desde que cometidos em um único contexto fático.

d) A fim de resguardar a segurança daqueles que compõem o júri, a Constituição determina que as votações ocorrerão de forma sigilosa.

e) Não haverá prisão civil para o depositário infiel, independentemente da modalidade de depósito.

Gabarito: B

Comentário: a) CERTO. Art. 5, XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

b) ERRADO. Não há tal entendimento. Art. 5, XXXVII - não haverá juízo ou tribunal de exceção.

c) CERTO. De fato, caso um crime de homicídio (crime contra a vida) seja cometido juntamente com um estupro (crime contra a dignidade sexual), ambos serão julgados pelo júri. Art. 5, XXXVIII - é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados: d) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

d) CERTO. Art. 5, XXXVIII - é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados: b) o sigilo das votações;

e) CERTO. Art. 5, LXVII - não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel.

Súmula Vinculante 25: É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade de depósito.

17. A respeito do poder constituinte derivado, é correto afirmar que:

a) A Constituição de 1988 consagrou limitação temporal para o exercício do poder constituinte derivado reformador.

b) Não possui o condão de alterar as cláusulas pétreas, pois encontra limitações somente materiais.

c) Segundo prevê a Constituição Federal, excepcionalmente, por meio de emenda constitucional, é possível abolir o voto secreto.

d) O poder constituinte derivado reformador fica impedido de ser exercido na vigência de estado de sítio.

e) Os direitos e garantias individuais, consagrados taxativamente no artigo 5º da CF, funcionam como limites materiais ao poder constituinte derivado reformador.

Gabarito: D

Comentário: a) ERRADO. A limitação temporal consiste na proibição de reforma de determinados dispositivos durante certo período

de tempo após a promulgação da constituição, não há tal limitação na CF/88.

b) ERRADO. Não possui apenas limitações materiais, mas outras, como, por exemplo, procedimentais e circunstanciais.

c) ERRADO. Art. 60, 4º - Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir: II - o voto direto, secreto, universal e periódico;

d) CERTO. Por ter limitações circunstanciais, não poderá ser exercido na vigência de intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio. Art. 60, § 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

e) ERRADO. Os direitos individuais não estão taxativamente previstos apenas no art. 5º da CF.

18. A respeito da atividade de Juiz de paz, assinale a alternativa CORRETA:

a) A justiça de paz não integra o Poder Judiciário, tratando-se de atividade com caráter exclusivamente administrativo.

b) Os juízes de paz serão escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

c) A remuneração dos juízes de paz deve ser feita na forma de participação nas custas devidas pelos usuários do serviço.

d) Os juízes de paz, por tratar-se de cidadãos eleitos para mandato de quatro anos, devem preencher todos os requisitos gerais de elegibilidade, inclusive a filiação partidária.

e) Aos juízes de paz aplicam-se todas as vedações (proibições) aplicáveis aos membros do Poder Judiciário.

Gabarito: D

Comentário: a) ERRADO. Os juízes de paz são agentes públicos e integram o Poder Judiciário, possuem competência de caráter judiciário, mas não jurisdicional.

b) ERRADO. A idade mínima para concorrer ao cargo de juiz de paz é de 21 anos. Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: VI - a idade mínima de: c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;

c) ERRADO. A remuneração deve partir dos cofres públicos, em valor fixo e predeterminado, não se admitindo participação nas custas devidas pelos usuários do serviço.

d) CERTO. A justiça de paz é eletiva, ou seja, é composta por cidadão eleitos pelo voto direto, universal e secreto, com mandato de quatro anos. Isso significa que a eleição do juiz de paz foi incluída no "sistema eleitoral global", previsto no art. 14, § 3.º da CF/88, devendo ser realizada juntamente com as eleições municipais, aplicando-se assim ao juiz de paz todos os requisitos de elegibilidade ali previstos, inclusive no que tange a filiação partidária.

e) ERRADO. Ao juiz de paz não é vedado dedicar-se a atividade político partidária.

19. A respeito dos direitos políticos decorrentes do nosso modelo democrático, analise os seguintes itens:

I. Direitos políticos são direitos públicos subjetivos fundamentais conferidos a determinados indivíduos para a participação nos negócios políticos do Estado. Diversamente dos direitos individuais (direitos de defesa) e dos direitos sociais (direitos a prestações), os direitos políticos são 'direitos de participação' (status activae civitatis) decorrentes do princípio democrático.

II. O sufrágio restrito, ou qualificativo, censitário é aquele que exige que o indivíduo apresente alguma característica de natureza intelectual, como ser alfabetizado, para o exercício do direito de votar.

III. Plebiscito e referendo são consultas formuladas ao povo para que delibere sobre matéria de acentuada relevância, de natureza constitucional, legislativa ou administrativa, sendo que nas questões de relevância nacional devem ser autorizadas ou convocadas pelo Congresso Nacional.

IV. Sufrágio e voto são sinônimos.

Está (ão) correta(s):

a)somente I, II e IV.

b)somente III.

c)somente I e IV.

d)somente III e IV.

e) somente I e III.

Gabarito: E

Comentário: a) CERTO. Direitos políticos são direitos de participação do cidadão nas decisões políticas do Estado, seja de forma direta ou indireta.

b) ERRADO. O sufrágio restrito censitário é aquele que exige o preenchimento de condições econômicas (renda, bens, etc.) para o exercício do direito de votar.

c) CERTO. O plebiscito e o referendo são formas de consulta popular a respeito de atos de natureza legislativa ou administrativa. A diferença entre eles é que o plebiscito é convocado com anterioridade a ato legislativo ou administrativo, cabendo ao povo, pelo voto, aprovar ou denegar o que lhe tenha sido submetido. Enquanto que o referendo é convocado com posterioridade a ato legislativo ou administrativo, cumprindo ao povo a respectiva ratificação ou rejeição. Nas questões de relevância nacional, de competência do Poder Legislativo ou do Poder Executivo, e no caso de criação, fusão, incorporação ou desmembramento de novos Estados e criação de Territórios (art. 18 § 3º da CF), o plebiscito e o referendo são convocados mediante decreto legislativo, por proposta de um terço, no mínimo, dos membros que compõem qualquer das Casas do Congresso Nacional.

d) ERRADO. Sufrágio é direito público, subjetivo fundamental que assegura o direito de votar e ser votado, bem como o exercício da democracia. O voto é o instrumento para o exercício do sufrágio.

20. Acerca do direito de nacionalidade, assinale o item correto.

a) Indivíduo estrangeiro, proveniente de Angola, que desejar adquirir a nacionalidade brasileira, deverá, além de não possuir condenação penal, permanecer com domicílio fixo e ininterrupto no país por tempo superior a 15 (quinze) anos.

b) Para que indivíduo nascido no estrangeiro, filho de pai brasileiro ou de mãe brasileira, possa adquirir sua naturalização, basta que seja registrado em repartição brasileira competente.

c) Ao indivíduo detentor de nacionalidade originária brasileira que, simultaneamente, possua nacionalidade estrangeira é vedada sua extradição, mesmo que haja comprovado envolvimento com tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.

d) João, brasileiro naturalizado, residente em país estrangeiro, é obrigado por esse país a adquirir a nacionalidade correspondente como condição para exercer direitos civis em geral. Nessa situação, João perderá sua nacionalidade brasileira automaticamente.

e) Ministro de Estado da Defesa e das Relações Exteriores são cargos privativos de brasileiro nato.

Gabarito: C

Comentário: a) ERRADO. A constituição prevê requisitos específicos aos provenientes de países de língua portuguesa. Art. 12. São brasileiros: II - naturalizados: a) os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral;

b) ERRADO. O indivíduo nascido no estrangeiro filho de pai ou mãe brasileiro adquire a nacionalidade originária com o registro e não a naturalização. Art. 12. São brasileiros: c) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira;

c) CERTO. Trata-se de brasileiro nato com dupla nacionalidade, assim, não há o que se falar em extradição. Art. 5º, LI - nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei;

d) ERRADO. Art. 12, § 4º - Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que: II - adquirir outra nacionalidade, salvo nos casos: b) de

imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis;

e) ERRADO. Somente o cargo de Ministro de Estado da Defesa é privativo de brasileiro nato.

21. Referente à organização político-administrativa do Estado e às competências, assinale o item incorreto.

a) É competência exclusiva da União legislar sobre direito penal.

b) À União, aos Estados e ao Distrito Federal compete, concorrentemente, legislar sobre previdência social.

c) Os estados poderão legislar acerca de direito financeiro e sobre orçamento.

d) É competência privativa da União legislar sobre registros públicos e propaganda comercial.

e) Os estados poderão legislar a respeito dos direitos e deveres da respectiva polícia civil.

Gabarito: A

Comentário: a) ERRADO. Trata-se de competência privativa e não exclusiva da União. Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

b) CERTO. Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

c) CERTO. Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico; II – orçamento;

d) CERTO. Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: XXV - registros públicos; XXIX - propaganda comercial.

e) CERTO. Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: XVI - organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis;

22. No que tange à organização político-administrativa do Estado, assinale o item correto.

a) Com o fim de integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, os Estados poderão, por meio de lei ordinária, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes.

b) Os Estados poderão explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, e, por meio de medida provisória, regulamentar o funcionamento.

c) Aos Estados, são reservadas somente as competências expressamente previstas na Constituição Federal.

d) No exercício de competência concorrente a edição pela União de normas gerais não impede o exercício da competência suplementar dos Estados.

e) Havendo superveniência de lei federal que trate de normas gerais a lei estadual terá sua existência, validade e eficácia suspensa, no que lhe for contrária.

Gabarito: D

Comentário: a) ERRADO. Art. 25, § 3º - Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

b) ERRADO. Art. 25, § 2º - Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.

c) ERRADO. Art. 25, § 1º - São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas pela Constituição Federal.

d) CERTO. Art. 24, §2º - A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

e) ERRADO. Há a suspensão apenas da eficácia. Art. 24, § 4º, CF - A superveniência de lei federal

sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

23. Referente ao processo legislativo, assinale o item incorreto.

a) As medidas provisórias terão início na Câmara dos Deputados.

b) A Constituição Federal veda a edição de medida provisória que verse sobre Direito Penal, já que tal matéria está atrelada à reserva legal.

c) A iniciativa popular de leis editadas pela União deve ser apresentada à Câmara dos Deputados e exige a subscrição de, no mínimo, 1% (um por cento) do eleitorado nacional, distribuído por, pelo menos, 5 (cinco) estados brasileiros, com não menos de 0,3% (três décimos por cento) dos eleitores de cada um deles. Esses mesmos requisitos são aplicáveis a iniciativa popular no âmbito dos estados e dos municípios.

d) A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional. Tal dispositivo retrata uma exceção ao princípio da irrepetibilidade.

e) Matérias reservadas à lei complementar não serão objetos de delegação.

Gabarito: C

Comentário: a) CERTO. Art.62, § 8º - As medidas provisórias terão sua votação iniciada na Câmara dos Deputados.

b) CERTO. Art. 62, § 1º É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria: I - relativa a: b) direito penal, processual penal e processual civil;

c) ERRADO. Os requisitos para iniciativa popular no âmbito dos Estados dependem de lei estadual, sendo que na esfera Municipal a exigência é de 5% do eleitorado municipal, nos termos do art. 29, XIII da CF. Art. 61 § 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

d) CERTO. A norma inscrita no art. 67 da Constituição consagra o postulado da irrepetibilidade dos projetos rejeitados na mesma sessão legislativa e no mesmo dispositivo apresenta a exceção, veja o artigo. Art. 67. A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.

e) CERTO. Art.68, §1º - Não serão objeto de delegação os atos de competência exclusiva do Congresso Nacional, os de competência privativa da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, a matéria reservada à lei complementar, nem a legislação sobre: (...)

24. No que tange ao Poder Executivo e às responsabilidades do Presidente da República, assinale o item correto.

a) O Presidente da República somente será preso definitivamente após a sentença condenatória, porém, poderá ser preso em flagrante no caso de crime inafiançável.

b) O julgamento dos crimes de responsabilidade cometidos pelo Presidente da República será conduzido pelo Supremo Tribunal federal, situação em que ficará suspenso das suas atividades.

c) Tanto o Presidente da República quanto os Ministros de Estado gozam de imunidade formal que os assegura somente serem processados e julgados após a acusação ser admitida por dois terços da Câmara dos Deputados. A referida imunidade formal tem por finalidade tutelar o regular exercício dos cargos de Presidente da República e de Ministro de Estado, razão pela qual não é extensível a codenunciados que não se encontram investidos em tais funções.

d) O Presidente da República, na vigência do seu mandato, poderá ser responsabilizado por crimes que não tenham relação com a função presidencial.

e) É cabível mandado de segurança contra decisão da Câmara dos Deputados que nega seguimento a

denúncia por crime de responsabilidade contra o Presidente da República.

Gabarito: C

Comentário: a) ERRADO. Art. 86, § 3º - Enquanto não sobrevier sentença condenatória, nas infrações comuns, o Presidente da República não estará sujeito a prisão.

b) ERRADO. Art. 86 - § 1º - O Presidente ficará suspenso de suas funções: I - nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal; II - nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal.

c) CERTO. "A imunidade formal prevista nos arts. 86, caput e 51, I, da Constituição Federal tem por finalidade tutelar o regular exercício dos cargos de Presidente da República e de Ministro de Estado, razão pela qual não é extensível a codenunciados que não se encontram investidos em tais funções. Incidência da Súmula 245 do Supremo Tribunal Federal. [Inq 4.483 AgR e Inq 4.327 AgR-segundo, rel. min. Edson Fachin, j. 19-12-2017, P, DJE de 9-8-2018.]"

d) ERRADO. Art. 86 - § 4º - O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.

e) ERRADO. A decisão da Câmara que nega seguimento a denúncia por crime de responsabilidade não pode ser atacada por Mandado de Segurança, por constituir matéria interna corporis da Casa legislativa. "Oferecimento de denúncia por qualquer cidadão imputando crime de responsabilidade ao presidente da República (...). Impossibilidade de interposição de recurso contra decisão que negou seguimento à denúncia. Ausência de previsão legal (Lei 1.079/1950). A interpretação e a aplicação do Regimento Interno da Câmara dos Deputados constituem matéria interna corporis, insuscetível de apreciação pelo Poder Judiciário." [MS 26.062 AgR, rel. min. Gilmar Mendes, j. 10-3-2008, P, DJE de 4-4-2008.]

25. Referente ao Poder Executivo e às atribuições do Presidente da República, assinale o item correto.

a) O Presidente da República poderá decretar o estado de defesa e o estado de sítio, bem como conceder indulto e comutar penas, sendo essa última competência delegável ao Advogado-Geral da União.

b) As competências do Presidente da República restringem-se às previstas no artigo 84 da constituição.

c) As competências de chefe de Estado e de chefe de governo não se confundem, pois tratam de funções distintas. Como chefe de Estado, o Presidente da República poderá, por exemplo, editar medidas provisórias com força de lei.

d) Por possuir atribuições de natureza estritamente interna ao país, o Presidente da República é desprovido de funções de chefe Estado, ficando esta a cargo do Congresso Nacional.

e) Como chefe de governo, o Presidente da República poderá manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos.

Gabarito: A

Comentário: a) CERTO. Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República: XII - conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei; Parágrafo único. O Presidente da República poderá delegar as atribuições mencionadas nos incisos VI, XII e XXV, primeira parte, aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações.

b) ERRADO. Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República: XXVII - exercer outras atribuições previstas nesta Constituição.

c) ERRADO. Tal atribuição corresponde à função de chefe de governo.

d) ERRADO. O Presidente da República reúne para si tanto as funções de chefe de Estado, de natureza externa, quantos as de chefe de governo, de natureza interna.

e) ERRADO. Trata-se de uma das funções de chefe de Estado.

26. No que diz respeito às forças armadas, assinale o item correto.

a) Por meio de lei ordinária serão estabelecidas as normas gerais a serem adotadas na organização, no preparo e no emprego das Forças Armadas.

b) A CF autorizou os profissionais de saúde das Forças Armadas a acumulação da atividade militar com o de cargo, emprego ou função pública da área da saúde, desde que haja prevalência da atividade militar e compatibilidade de horários.

c) A isenção de serviço militar concedido às mulheres e aos eclesiásticos, em tempos de paz, impede a imposição de outros encargos.

d) O militar das forças armadas poderá candidatar-se de forma avulsa.

e) É cabível habeas corpus para discutir os motivos de eventual punição militar de natureza disciplinar.

Gabarito: B

Comentário: a) ERRADO. Art. 142, § 1º Lei complementar estabelecerá as normas gerais a serem adotadas na organização, no preparo e no emprego das Forças Armadas.

b) CERTO. Art. 142, II - o militar em atividade que tomar posse em cargo ou emprego público civil permanente, ressalvada a hipótese prevista no art. 37, inciso XVI, alínea "c", será transferido para a reserva, nos termos da lei;

Art. 37 XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;

c) ERRADO. Art. 143, § 2º - As mulheres e os eclesiásticos ficam isentos do serviço militar obrigatório em tempo de paz, sujeitos, porém, a outros encargos que a lei lhes atribuir.

d) ERRADO. Militares da ativa podem ser candidatos às eleições sem que estejam filiados a partidos políticos, contudo, não se trata de candidatura avulsa, uma vez que o registro da candidatura será realizado pelo partido político. Art. 142, V - o militar, enquanto em serviço ativo, não pode estar filiado a partidos políticos;

e) ERRADO. Art. 142, § 2º Não caberá habeas corpus em relação a punições disciplinares militares.

27. Acerca do estado de defesa e do estado de sítio, é INCORRETO afirmar que:

a) Dentre outros requisitos, o decreto que instituir o estado de defesa conterá o tempo de sua duração e especificará as áreas a serem abrangidas.

b) Depois de instaurado o estado de defesa, ele terá duração máxima de trinta dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, no caso de persistirem as razões que justificaram a sua decretação.

c) Logo que decretado o estado de defesa ou sua prorrogação, o Presidente da República, dentro de vinte e quatro horas, submeterá o ato com a respectiva justificação ao Congresso Nacional, que o apreciará no prazo de dez dias, contados do recebimento.

d) Em caso de declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira, o Presidente da República poderá decretar o estado de sítio, que deverá ser referendado pelo Congresso Nacional.

e) Decretado o estado de sítio por motivo de comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa, poderá o Estado obrigar as pessoas a permanecerem em localidade determinados.

Gabarito: D

Comentário: a) CERTO. Art. 136, § 1º O decreto que instituir o estado de defesa determinará o tempo de sua duração, especificará as áreas a serem abrangidas e indicará, nos termos e limites da lei, as medidas coercitivas a vigorarem, dentre as seguintes:

b) CERTO. Art. 136, § 2º O tempo de duração do estado de defesa não será superior a trinta dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.

c) CERTO. Art. 136, § 4º Decretado o estado de defesa ou sua prorrogação, o Presidente da

República, dentro de vinte e quatro horas, submeterá o ato com a respectiva justificação ao Congresso Nacional, que decidirá por maioria absoluta. § 6º O Congresso Nacional apreciará o decreto dentro de dez dias contados de seu recebimento, devendo continuar funcionando enquanto vigorar o estado de defesa.

d) ERRADO. A decretação de Estado de Sítio depende de autorização do Congresso Nacional e não de referendo. Art. 137. O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de sítio nos casos de: II - declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira.

e) CERTO. Art. 139. Na vigência do estado de sítio decretado com fundamento no art. 137, I, só poderão ser tomadas contra as pessoas as seguintes medidas: I - obrigação de permanência em localidade determinada; Art. 137. O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de sítio nos casos de: I - comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa;

28. Referente aos direitos políticos e partidos políticos, assinale o item incorreto.

a) Maria, prefeita de Pirenópolis, é casada com João, governador de Goiás. Nas eleições em que ambos forem candidatos à reeleição, Maria não estará inelegível.

b) Para que alguém possa exercer a função de juiz de paz, a Constituição exige, no mínimo, 21 (vinte e um) anos de idade, dentre outros requisitos.

c) Caio, de 17 (dezessete) anos, é alfabetizado, porém, ainda assim, a ele será facultado o alistamento eleitoral e o voto.

d) Os partidos políticos possuem liberdade para organizar sua estrutura interna e funcionamento, podendo receber, inclusive, recursos financeiros de pessoas físicas, desde que no âmbito nacional.

e) Em ano de eleição, Tício, de 21 (vinte e um) anos de idade, encontra-se preso preventivamente por crime de roubo. Nesse caso, ele estará impedido de votar na presente eleição, pois sua condição de preso é causa de suspensão de seus direitos políticos.

Gabarito: E

Comentário: a) CERTO. A inelegibilidade referida não se aplica em caso de reeleição. Art. 14, § 7º São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consangüíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

b) CERTO. Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: VI - a idade mínima de: c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;

c) CERTO. O alistamento eleitoral e o voto são facultados aos menores de 18 (dezoito) anos, e aos analfabetos.

d) CERTO. Art. 17 - É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos: II – proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes;

e) ERRADO. A suspensão dos direitos políticos do preso ocorrerá com sentença transitada em julgado. Como Tício encontra-se em prisão preventiva, poderá votar normalmente.

29. A respeito das Funções essenciais À Justiça, analise os itens a seguir:

I – A nomeação do Procurador-Geral de Justiça é feita pelo Governador do Estado e do Distrito Federal.

II – O princípio da Unidade impede que os membros do Ministério Público assumam posição divergente em sua atuação.

III – O princípio da indivisibilidade estabelece que os membros do MP devem ser considerados como integrantes de uma só instituição, subordinados administrativamente a uma única chefia.

IV – De acordo com o STF não cabe ao MP promover, por autoridade própria, investigações de natureza penal, uma vez que tal atribuição foi assegurada, com exclusividade, a autoridade policial.

V – A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.

Marque a alternativa que contém a(s) afirmativa(s) correta(s) com relação aos órgãos citados do enunciado.

a) II, III, IV e V.

b) I, II, III e IV.

c) Apenas a V.

d) Apenas a III.

e) Apenas a II.

Gabarito: C

Comentário: I – ERRADO, A nomeação do Procurador-Geral de Justiça, no caso do MP dos Estados, é feita pelo Governador do Estado, entretanto, no caso do PGJ do Distrito Federal, a nomeação caberá ao Presidente da República.

II – ERRADO, o Princípio da independência funcional permite que os membros do MP assumam posições divergentes em sua atuação. O princípio da unidade estabelece que os membros do MP devem ser considerados como integrantes de uma só instituição, subordinados administrativamente a uma única chefia.

III – ERRADO, esse é o conceito do princípio da unidade.

IV – ERRADO, o STF fixou tese no sentido contrário: "O Ministério Público dispõe de competência para promover, por autoridade própria, e por prazo razoável, investigações de natureza penal, desde que respeitados os direitos e garantias que assistem a qualquer indiciado ou a qualquer pessoa sob investigação do Estado, observadas, sempre, por seus agentes, as hipóteses de reserva constitucional de jurisdição e, também, as prerrogativas profissionais de que se acham investidos, em nosso País, os Advogados (Lei 8.906/94, artigo 7º, notadamente os incisos I, II, III, XI, XIII, XIV e XIX), sem prejuízo da possibilidade – sempre presente no Estado democrático de Direito – do permanente controle jurisdicional dos atos, necessariamente documentados (Súmula Vinculante 14), praticados pelos membros dessa instituição".

V – CERTO, Art. 128. § 2º A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.

30. Considerando o previsto na Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB/88 quanto ao meio ambiente, marque a alternativa CORRETA:

a) A Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense, a Zona Costeira, a Floresta Amazônica brasileira e a Mata Atlântica são patrimônio nacional e portanto, bens da União, de modo que os crimes cometidos nessas áreas serão de competência da Justiça Federal.

b) Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica estabelecida em plano de recuperação elaborada pelo poluidor.

c) Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso especial e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

d) É constitucional lei de proteção animal que permite o sacrifício ritual de animais em cultos de religiões de matriz africana.

e) São disponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

Gabarito: D

Comentário: a) ERRADO. Não necessariamente os biomas reconhecidos como patrimônio nacional são bens da União, de modo que a competência para julgar crimes cometidos nessas áreas não

será obrigatoriamente da Justiça Federal. (RE 349189)

b) ERRADO. ART. 225 § 2º Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

c) ERRADO. É bem de uso comum do povo. Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá- lo para as presentes e futuras gerações.

d) CERTO. "É constitucional a lei de proteção animal que, a fim de resguardar a liberdade religiosa, permite o sacrifício ritual de animais em cultos de religiões de matriz africana". (RE 494601, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, julgado em 28/03/2019, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-251 DIVULG 18-11-2019 PUBLIC 19-11-2019)

e) ERRADO. Art. 225 § 5º São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

DIREITO PENAL

Ivo Martins

31. Com base no que dispõe a Constituição Federal de 1988 quanto ao direito penal, assinale a opção correta.

a) é admitida a extradição do brasileiro naturalizado que cometa, após a naturalização, crime comum ou crime de tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.

b) A reparação do dano produzido pelo crime não pode se estender aos familiares do preso.

c) são crimes inafiançáveis e imprescritíveis o racismo, a tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos.

d) em regra, a lei penal não retroage no tempo; no entanto, quando a nova lei beneficiar o réu, embora transitada em julgado sentença condenatória, poderá este ser beneficiado.

e) Um dos princípios basilares do direito penal diz respeito à não transcendência da pena, que significa que a pena deve estar expressamente prevista no tipo penal, havendo possibilidade de aplicar pena cominada de uma a outra pessoa.

Gabarito: D

Comentários: Letra a: incorreta. É permitida a extradição do brasileiro naturalizado que pratique, antes (e não após) a naturalização, crime comum ou crime de tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins. Art. 5º (...) LI - nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei;

Letra b: incorreta. Veja o que diz a Constituição Federal: Art. 5º (...) XLV - nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido; assim, a obrigação de reparar o dano produzido pelo crime pode se estender aos familiares do preso, até o limite do valor transferido.

Letra c: incorreta. Sobre os hediondos, o tráfico de drogas, terrorismo e a tortura veja o que diz a Constituição Federal: Art. 5º. (...) XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;

Letra d: correta. Veja o que diz o artigo 2º do CP: Art. 2º - Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória. Parágrafo único - A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

Letra e: incorreta. Veja o que diz a Constituição Federal: "Art. 5º (...) XLV – nenhuma pena passará da pessoa do condenado. Trata-se do princípio da Intranscendência, ou seja, a punição deve ser pessoal, ou seja, ninguém poderá ser punido por algo feito por outra pessoa.

32. A respeito da aplicação da lei penal:

I- As embarcações brasileiras de propriedade privada em alto mar são extensões do território brasileiro.

II- A sentença estrangeira pode ser executada no Brasil para obrigar o condenado a reparar o dano e independe de homologação.

III- Aplica-se a lei brasileira a crimes cometidos a bordo de embarcações brasileiras a serviço do governo brasileiro que se encontrem ancorados em portos estrangeiros.

a) Somente o item II está incorreto.

b) Somente o item III está correto.

c) Somente o item I está incorreto.

d) Somente o item III está incorreto.

e) Somente o item II está correto.

Gabarito: A

Comentários: Item I: correto. Se um crime ocorrer em aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar, terá, para fins penais, ocorrido no território brasileiro (aplica-se a lei penal brasileira), por serem consideradas extensão do território nacional (Território nacional por ficção). É o princípio da territorialidade.

Item II: incorreto. Para obrigar o condenado a reparar o dano, deve existir uma homologação da sentença estrangeira. A sentença estrangeira pode ser executada no Brasil para obrigar o condenado a reparar o dano, porém, depende de homologação.

Item III: correto. Uma embarcação brasileira a serviço do governo brasileiro é considerada, para fins penais, extensão do território nacional onde quer que se encontrem. Art. 5º - Aplica-se a lei brasileira, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional. § 1º - Para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontrem, bem como as aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar.

33. O perdão do ofendido:

a) é aceitável mesmo depois de sentença condenatória transitada em julgado.

b) é imprescindível aceitação do querelado para produzir efeito.

c) somente é cabível se expresso.

d) não aproveita a todos, se concedido apenas a um dos querelados.

e) prejudica o direito dos outros, se conferido por um dos ofendidos.

Gabarito: B

Comentários: Letra a: incorreta. Não se concede perdão após conclusão do processo.

Letra b: correta. O perdão é ato bilateral. Não se concede perdão se este não for aceito.

Letra c: incorreta. O perdão pode ser realizado de maneira expressa e tácita.

Letra d: incorreta. Não se pode perdoar seletivamente.

Letra e: incorreta. Não. O perdão é ato pessoal, não envolve a vontade de outros ofendidos.

34. Em relação aos crimes de ação penal pública de iniciativa privada, é(são) causa(s) de extinção da punibilidade presente(s) apenas:

a) perdão aceito.

b) perdão aceito e decadência.

c) decadência, renúncia ao direito de queixa e perdão aceito.

d) perdão judicial.

e) perdão judicial e perdão aceito.

Gabarito: A

Comentários: Letra a: correta. A renúncia do direito de queixa, ou o perdão aceito (e não o simples oferecimento do perdão), nos crimes de ação privada, acarreta a extinção da punibilidade. Art. 107 - Extingue-se a punibilidade: (...) V - pela renúncia do direito de queixa ou pelo perdão aceito, nos crimes de ação privada;

Letra b: incorreta. A decadência aplica-se também aos casos de ação penal pública condicionada.

Letra c: incorreta. A decadência aplica-se também aos casos de ação penal pública condicionada.

Letra d: incorreta. O perdão judicial, desde que previsto em lei, pode ser aplicado em casos de ação penal pública.

Letra e: incorreta. O perdão judicial, desde que previsto em lei, pode ser aplicado em casos de ação penal pública.

35. Mário, na véspera do seu aniversário de dezoito anos, ao sair do trabalho foi atacado por seu desafeto Roberto. Mário, que estava com uma faca camuflada, desferiu 5 facadas contra Roberto, que veio a falecer após 10 dias internado em razão das facadas. Nesse caso, não houve:

a) tipicidade.

b) ilicitude.

c) culpabilidade.

d) punibilidade.

e) homicídio doloso.

Gabarito: C

Comentários: Letra a: incorreta. Mário praticou a conduta típica do homicídio, atingindo o resultado morte, inclusive. O fato é típico, portanto.

Letra b: incorreta. A questão não apresenta nenhuma excludente de ilicitude (artigo 23 do CP). O fato é ilícito, portanto.

Letra c: correta. Mário, ao tempo do crime, era adolescente (véspera do aniversário de 18 anos). O CP, em relação ao tempo do crime, adotou a teoria da atividade. Dessa forma, não houve, de fato, culpabilidade, em razão da menoridade de João.

Letra d: incorreta. A questão não fala sobre extinção da punibilidade.

Letra e: incorreta. Segundo a teoria tripartite do crime, o fato há de ser típico, ilícito e culpável, porém, o agente era adolescente ao tempo do crime, o que afasta a culpabilidade; consequentemente, não houve homicídio doloso, mas sim ato análogo ao homicídio.

36. Acerca da culpabilidade e da imputabilidade penal, assinale a opção correta.

a) São causas excludentes de ilicitude a legítima defesa, o estado de necessidade e a inimputabilidade por doença mental.

b) O erro inevitável sobre a ilicitude do fato é causa excludente de antijuridicidade.

c) São causas excludentes de culpabilidade, a obediência hierárquica e a coação moral irresistível.

d) A conduta motivada pela emoção ou pela paixão interfere na imputabilidade penal.

e) A embriaguez fortuita completa não exclui a culpabilidade do agente.

Gabarito: C

Comentários: Letra a: incorreta. As excludentes de ilicitude são: legítima defesa, estado de necessidade, estrito cumprimento do dever legal e exercício regular de um direito. A inimputabilidade, qualquer que seja sua modalidade, exclui a culpabilidade e não a ilicitude.

Letra b: incorreta. O erro inevitável sobre a ilicitude do fato extingue tão somente a punibilidade (por conta de eliminar a culpabilidade do ato), ou seja, o fato continua sendo típico e antijurídico, mas a pena deixa de ser aplicada em virtude de o erro sobre a ilicitude do fato ser inevitável. Art. 21 - O desconhecimento da lei é inescusável. O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta de pena; se evitável, poderá diminuí-la de um sexto a um terço.

Letra c: correta. A culpabilidade é composta por três elementos: imputabilidade, potencial consciência da ilicitude e exigibilidade de conduta diversa. As duas causas legais de exclusão do último elemento listado - as quais, por conseguinte eliminam a culpabilidade -,

conhecidas como causas de inexigibilidade de conduta diversa, são a obediência hierárquica e a coação moral irresistível.

Letra d: incorreta. O art. 28 é taxativo em afirmar que emoção e paixão não retiram a culpabilidade do agente por interferirem na imputabilidade penal. Art. 28 - Não excluem a imputabilidade penal: I - a emoção ou a paixão;

Letra e: incorreta. A embriaguez completa fortuita, não voluntária, exclui a culpabilidade da conduta porque impede que o agente tenha potencial consciência de sua ilicitude. Art.28, § 1º - É isento de pena o agente que, por embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

37. No que se refere aos elementos do crime, é correto afirmar que:

a) o crime impossível elimina a punibilidade.

b) o dolo e a culpa integram a tipicidade e a culpabilidade, simultaneamente.

c) a exigibilidade de conduta diversa é requisito da culpabilidade.

d) o arrependimento eficaz exclui a ilicitude.

e) o estrito cumprimento do dever legal afasta a imputabilidade.

Gabarito: C

Comentários: Letra a: incorreta. Não se pode punir, pois não há crime no crime impossível. Isso ocorre se o meio empregado ou o objeto do crime são completamente impróprios para que aconteça o crime. Logo, nem mesmo atenta contra a tipicidade ou contra o fato típico. Crime Impossível Art. 17 do CP - Não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime.

Letra b: incorreta. Integram o fato típico, na conduta.

Letra c: correta. Composição da culpabilidade: Imputabilidade, potencial consciência da ilicitude e exigência de conduta diversa.

Letra d: incorreta. Afasta a própria conduta respondendo pelos atos praticados. Art. 15 do CP - O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados.

Letra e: incorreta. Exclui a antijuridicidade.

38. Com relação às causas de exclusão da ilicitude, é correto afirmar:

a) No caso de legítima defesa ou estado de necessidade de terceiros, é imprescindível a prévia autorização destes para que a conduta do agente não seja ilícita.

b) Ocorre legítima defesa sucessiva, na hipótese de legítima defesa real contra legítima defesa putativa.

c) entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu, e não de outrem.

d) As causas legais de exclusão da ilicitude, previstas na parte geral do Código Penal, são estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento de dever legal, exercício regular de direito e consentimento do ofendido.

e) atua em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.

Gabarito: E

Comentários: Letra a: incorreta. Não há exigência de prévia autorização.

Letra b: incorreta. Legítima defesa sucessiva só pode ocorrer entre agressões reais, ou seja, não se admite a putatividade neste caso.

Letra c: incorreta. Art. 25 - Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem. Importante destacar que qualquer bem jurídico tutelado pelo Direito Penal pode ser protegido, não importando se o bem pertence a si próprio ou a outrem (terceiro, inclusive pessoa jurídica). Lembrando que se disponível exige-se autorização do titular do bem.

Letra d: incorreta. O consentimento do ofendido não está previsto expressamente no Código Penal como causa de exclusão da ilicitude. Veja o que diz o Código Penal: Art. 23 - Não há crime quando o agente pratica o fato: I - em estado de necessidade; II - em legítima defesa; III - em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito. Embora não previsto expressamente, o consentimento do ofendido é pacificamente aceito como excludente. Trata-se de uma causa de excludente supralegal, apresentando diversos requisitos, dentre eles, que o ofendido seja capaz de consentir e que tal consentimento recaia sobre bem disponível.

Letra e: correta. Veja o que diz o Código Penal: Legítima defesa Art. 25 - Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.

39. Sobre as causas de justificação em direito penal, marque a correta

a) no estado de necessidade há um conflito entre dois bens jurídicos colocados em perigo, porém, ocorre unicamente por conduta da pessoa humana.

b) quando o agente pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se, está agindo em estado de necessidade.

c) ocorre estado de necessidade exclusivamente em situação de calamidade pública.

d) está em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo iminente ou atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.

e) no estado de necessidade o bem jurídico é exposto a perigo, na legítima defesa o direito sofre uma agressão futura.

Gabarito: B

Comentários: Letra a: incorreta. No estado de necessidade o bem jurídico pode ser colocado em perigo por um animal, por exemplo.

Letra b: correta. Está conforme a redação do art. 24 do CP, como sendo o sacrifício de um interesse juridicamente protegido, para salvar de perigo atual e inevitável o direito do próprio agente, ou de terceiro, desde que outra conduta, nas circunstâncias concretas, não era razoavelmente exigível. Ou seja, trata-se de um conflito de bens jurídicos em um estado de perigo.

Letra c: incorreta. O Estado de Necessidade se dará também em caso de calamidade pública, apesar de ser uma situação de perigo não é a única/exclusiva hipótese.

Letra d: incorreta. O perigo iminente, aquele que está prestes a ocorrer, não está abarcado pelo Estado de Necessidade, somente o perigo atual. Já na Legítima Defesa, prevista no art. 25 do CP, encontraremos que a justificação da conduta está autorizada tanto na injusta agressão atual, quanto na iminente.

Letra e: incorreta. No estado de necessidade o bem jurídico é exposto a perigo, ou seja, o perigo é atual. Na legítima defesa o direito sofre uma agressão atual ou iminente.

40. Quanto ao crime de peculato:

a) peculato mediante erro de outrem apresenta a mesma pena do crime de peculato.

b) incide em dar às verbas ou rendas públicas aplicação distinta da instituída em lei.

c) é crime contra a administração da justiça.

d) apesar de ser crime próprio, aceita a participação de particulares.

e) consiste em solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, vantagem indevida.

Gabarito: D

Comentários: Letra a: incorreta. O Peculato Mediante Erro de Outrem (1 a 4 anos) tem pena diversa do Peculato Próprio (2 a 12 anos). Peculato mediante erro de outrem Art. 313 - Apropriar-se de dinheiro ou qualquer utilidade que, no exercício do cargo, recebeu por erro de outrem: Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

Letra b: incorreta. A alternativa descreve o crime de emprego irregular de verbas ou rendas

públicas e não de peculato. Emprego irregular de verbas ou rendas públicas Art. 315 - Dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei: Pena - detenção, de um a três meses, ou multa.

Letra c: incorreta. O peculato é um crime cometido por funcionário público contra a administração pública em geral, e não contra a Administração da Justiça.

Letra d: correta. O "Peculato" é um crime próprio de funcionário público, ou seja, exige que o autor tenha essa condição especial (ser funcionário público). O artigo 30 do Código Penal diz: Art. 30 – Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime. Logo, ser funcionário público é elementar para a configuração do crime de peculato, por isso, essa circunstância se comunica. Assim, o particular que "ajuda" um funcionário público a cometer o crime de peculato, responderá pelo crime de peculato na condição de partícipe.

Letra e: incorreta. A alternativa descreve condutas do crime de corrupção passiva e não de peculato. Corrupção passiva - Art. 317 - Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem: Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.

41. Quanto ao crime de extorsão mediante sequestro:

a) sua consumação ocorre quando o agente solicita vantagem como preço do resgate.

b) se do fato resulta lesão corporal grave ou morte será qualificado.

c) não admite tentativa.

d) será qualificado se cometido contra vítima maior de 18 (dezoito) anos.

e) sua consumação ocorre quando o agente consegue a vantagem como preço do resgate, por se tratar de crime contra o patrimônio.

Gabarito: B

Comentários: Letra a: incorreta. STF já firmou entendimento que o delito de extorsão mediante sequestro tem natureza formal. Ocorre com a privação da liberdade da vítima.

Letra b: correta. Por disposição dos § § 2º e 3º, o crime de extorsão mediante sequestro será qualificado se resultar lesão corporal de natureza grave ou se der causa à morte da vítima: § 2º - Se do fato resulta lesão corporal de natureza grave: Pena - reclusão, de dezesseis a vinte e quatro anos. § 3º - Se resulta a morte: Pena - reclusão, de vinte e quatro a trinta anos.

Letra c: incorreta. O crime de extorsão mediante sequestro admite a modalidade tentada, desde que o agente, por circunstâncias alheias à sua vontade não consegue privar a liberdade da vítima, havendo intenção de exigir vantagem para a libertação dessa. É crime plurissubsistente.

Letra d: incorreta. No §1º do art. 159 do CP constam as situações em que o crime será qualificado (pena de reclusão de doze a vinte anos): se o sequestrado for menor de 18 (dezoito) ou maior de 60 (sessenta) anos: § 1o Se o sequestro dura mais de 24 (vinte e quatro) horas, se o sequestrado é menor de 18 (dezoito) ou maior de 60 (sessenta) anos, ou se o crime é cometido por bando ou quadrilha.

Letra e: incorreta. A consumação não ocorre com a efetiva obtenção da vantagem como preço do resgate, mas com a privação da liberdade da vítima.

42. Sobre o crime de furto descrito no Art. 155 do Código Penal:

I - O elemento subjetivo do tipo é o dolo, mas não é imprescindível que a vontade compreenda o elemento normativo "alheia".

II- Tem como sujeito ativo qualquer pessoa, sendo considerado como qualquer pessoa até mesmo o proprietário, desde que o bem esteja na posse de terceiro.

III- Tem por objeto material a coisa alheia móvel, entendendo-se por coisa qualquer substância corpórea, material, ainda que não tangível.

Levando em consideração os itens acima,

a) Somente o item III está correto.

b) Somente o item I está correto.

c) Somente o item II está correto.

d) Somente o item II está incorreto.

e) Somente o item III está incorreto.

Gabarito: A

Comentários: Item I: incorreto. Integra o elemento subjetivo a subtração de coisa alheia móvel para que possa ser considerado furto.

Item II: incorreto. No caput do artigo 155 do CP, o furto consiste na subtração de coisa alheia móvel. Quando é de sua propriedade, no máximo comete exercício arbitrário das próprias razões (art. 346, CP), mas não furto. "Tirar, suprimir, destruir ou danificar coisa própria, que se acha em poder de terceiro por determinação judicial ou convenção: Pena - detenção, de seis meses a dois anos, e multa".

Item III: correto. Está de acordo com o dispositivo legal, artigo 155 e § 3º do CP: "Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel: Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa. Equipara-se à coisa móvel a energia elétrica ou qualquer outra que tenha valor econômico".

43. Quanto aos crimes patrimoniais, analise as assertivas e marque a correta:

a) Os crimes funcionais estão sujeitos à extraterritorialidade condicionada da lei penal brasileira.

b) O agente que subtrai coisa móvel alheia, para si ou para outrem, depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência da vítima, pratica o crime de roubo impróprio.

c) No caso de Peculato culposo, ocorrendo a reparação do dano até o recebimento da denúncia, extingue-se a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta.

d) O funcionário público que exige, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, utilizando-se de violência ou grave ameaça, comete o crime de extorsão.

e) O crime de furto (art. 155 do CP) é plurissubjetivo de condutas contrapostas.

Gabarito: D

Comentários: Letra a: incorreta. Conforme Art. 7º, I, c, CP, trata-se de extraterritorialidade incondicionada: Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro: (...) os crimes: (...) contra a administração pública, por quem está a seu serviço. Nos casos do inciso I, o agente é punido segundo a lei brasileira, ainda que absolvido ou condenado no estrangeiro.

Letra b: incorreta. No roubo impróprio a violência é posterior à subtração: Artigo 157, § 1º, CP - Na mesma pena incorre quem, logo depois de subtraída a coisa, emprega violência contra pessoa ou grave ameaça, a fim de assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa para si ou para terceiro. Dessa forma, a hipótese da opção corresponde ao roubo próprio, em que a violência é anterior à subtração. Portanto, errada a alternativa.

Letra c: incorreta. Não é até o recebimento da denúncia, mas sim até a sentença.

Letra d: correta. Se o funcionário exigisse vantagem indevida apenas, ou seja, sem violência, praticaria concussão; como usou de violência ou grave ameaça, o crime passou a ser extorsão. Vejamos a distinção. Extorsão-Art. 158, caput, CP: Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, e com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar de fazer alguma coisa... Concussão-Art. 316, CP: - Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida...

Letra e: incorreta. O crime de furto é unissubjetivo, ou seja, pode ser praticado por um único autor (ainda que se permitam coautoria e participação, eventualmente).

44. Em relação ao crime de homicídio, assinale a alternativa correta:

a) O infanticídio é modalidade do homicídio qualificado pelo resultado, cuja pena é agravada.

b) a morte de feto atingido por disparo de arma de fogo, quando ainda no ventre da mãe é caracterizada como homicídio.

c) O homicídio piedoso é reconhecido como comportamento praticado por relevante valor moral, caracterizador do homicídio privilegiado.

d) O latrocínio, espécie complexa de homicídio qualificado, não é julgado pelo Tribunal do Júri por envolver questões patrimoniais.

e) O homicídio é qualificado/privilegiado quando cometido por relevante valor moral motivado por vingança.

Gabarito: C

Comentários: Letra a: incorreta. O infanticídio, na verdade, é espécie de homicídio privilegiado, por isso que possui pena mais branda que o homicídio (reclusão de 2 a 6 anos) - é o homicídio praticado pela mãe, durante o parto ou logo após, sob influência do estado puerperal.

Letra b: incorreta. Se a vida intrauterina (feto) é atingida, trata-se de aborto, não de homicídio.

Letra c: correta. A lei, de fato, prevê redução de um sexto a um terço para a hipótese, veja: Art. 121, § 1º, CP - Se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.

Letra d: incorreta. O latrocínio não tem previsão no artigo 121 do CP. Na verdade, o latrocínio está previsto no artigo 157, § 3º, II, CP.

Letra e: incorreta. O homicídio qualificado privilegiado é possível quando há qualificadoras de natureza objetiva, ou seja, aquelas previstas nos incisos III e IV do § 2° do CP. Se o homicídio é cometido: ... III - com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum; IV - à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido;

45. Carlos e Pedro, sem saberem da vontade um do outro, concretizam atos executórios para assassinar Esterfeson. Carlos pôs veneno no copo de suco de Esterfeson e, logo após a ingestão do líquido, Pedro disparou contra Esterfeson ainda vivo, que veio a falecer em razão desses disparos. Considerando-se a situação hipotética, é correto afirmar que Carlos e Pedro respondem, respectivamente, por

a) homicídio simples com emprego de veneno e homicídio simples consumado.

b) tentativa de homicídio simples e homicídio simples consumado.

c) homicídio com emprego de veneno e homicídio simples consumado.

d) homicídio com emprego de veneno e tentativa de homicídio simples.

e) tentativa de homicídio com emprego de veneno e homicídio simples consumado.

Gabarito: E

Comentários: Letra a: incorreta. Carlos responderá por tentativa de homicídio qualificado; Pedro, de fato, responderá por homicídio simples consumado.

Letra b: incorreta. Carlos responderá por tentativa de homicídio qualificado pelo emprego de veneno (artigo 121, § 2º, III, CP): Artigo 121, § 3º, III, CP - com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum;

Letra c: incorreta. Carlos responderá por tentativa de homicídio qualificado pelo emprego de veneno (artigo 121, § 2º, III, CP): Artigo 121, § 3º, III, CP - com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum;

Letra d: incorreta. Carlos responderá por tentativa de homicídio qualificado pelo emprego de veneno (artigo 121, § 2º, III, CP): Artigo 121, § 3º, III, CP - com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum; Pedro, a seu turno, responderá por homicídio simples consumado, pois foi possível determinar a causa mortis. Somente se fosse impossível determinar-se a causa mortis é que Pedro responderia por tentativa de homicídio simples, já que, nesse caso, não teríamos autoria colateral, mas sim autoria incerta, com aplicação do princípio in dubio pro reo.

Letra e: correta. Estamos diante de típica hipótese de autoria colateral: pluralidade de agentes, relevância causal das condutas, sem vínculo

subjetivo e com nexo causal definido. Dessa forma, Carlos responderá por tentativa de homicídio com emprego de veneno e Pedro por homicídio simples consumado.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Victor Hugo Borges

46. De acordo com a lei 13.245 de 2016, Anderson, advogado de José, impugnou a oitiva de duas testemunhas em fase de inquérito policial, alegando que não recebeu a notificação informando do dia e hora da oitiva das referidas testemunhas em sede policial. Diante da temática apresentada, assinale a seguir a alternativa correta.

a) A inquisitorialidade do procedimento investigatório policial é o que impede que o advogado tenha acesso aos atos já documentados em inquérito policial.

b) O sigilo do inquérito policial impede que o advogado tenha acesso aos atos já documentados em inquérito policial.

c) A Lei nº 13.245/2016 não impôs um dever à autoridade policial de intimar previamente o advogado constituído para os atos de investigação.

d) A Lei nº 13.245/2016 instituiu a obrigatoriedade do inquérito policial ainda que já haja provas devidamente constituídas.

e) A Lei nº 13.245/2016 impôs o dever à autoridade policial de intimar previamente o advogado constituído para os atos de investigação, e homenagem ao contraditório e a ampla defesa.

Gabarito: C

Comentários: Letra "a": errada. Que o inquérito policial tem como característica a inquisitorialidade ninguém duvida; todavia, não há nenhum impedimento de acesso para os advogados em relação a atos 'já documentados'. Leia-se: elementos informativos já juntados, diligências já realizadas e formalizadas nos autos. Tudo sem que haja comprometimento da eficácia e efetividade dessas medias.

Letra "b": errada. Sobre o acesso do advogado aos atos 'já documentados' já ponderamos. Mais que isso, o sigilo do inquérito policial não se aplica ao advogado, ao juiz e ao promotor.

Letra "c: correta. A Lei nº 13.245/2016 alterou o EOAB e acrescentou algumas prerrogativas aos advogados; todavia, como diz a assertiva, não estabeleceu a necessidade de intimação prévia ao advogado em relação aos atos de investigação. Aliás, seria um absurdo se o fizesse.

Letra "d": errada. O inquérito policial é 'dispensável'. Isso não mudou com a referida Lei. Nada impede que uma ação penal tenha início sem que seja precedida de inquérito.

Letra "e": errada. Não se impôs esse dever, como já salientamos. Também não há contraditório e ampla defesa em fase inquérito policial.

47. Em relação ao tema citação direito processual penal:

a) Se o réu estiver preso será citado na pessoa de seu defensor.

b) Se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional.

c) Estando o acusado no estrangeiro, em local sabido, será citado mediante carta precatória.

d) A intimação do defensor constituído, do advogado do querelante e do assistente far-se-á por oficial de justiça.

e) Verificando que o réu se oculta para não ser citado, será citado por edital, com prazo de 15 dias.

Gabarito: B

Comentários: letra "a": errada. A citação ocorrerá pessoalmente, art. 360 do CPP.

Letra "b": correta. Previsão do artigo 366 do CPP. Nas demais modalidades de citação, o juiz nomeará um defensor e o processo seguirá. Essa é a regra geral, existe uma exceção na lei dos crimes de lavagem de capital.

Letra "c": errada. Ele será citado mediante carta rogatória. Art.368 do CPP.

Letra "d": errada. A intimação ocorrerá via diário oficial.

Letra "e": errada. Neste caso, deverá ser citado por hora certa, na forma do artigo 362 do CPP.

48. No que tange à disciplina dos recursos no Direito Processual Penal, julgue os itens abaixo.

a) É permitido ao Ministério Público, em razão de sua independência funcional, ou se convencer do acerto da decisão proferida, desistir de recurso que haja interposto.

b) Tendo em vista o princípio da ampla defesa, é plenamente admissível recurso da parte, ainda que não tenha interesse na reforma ou na modificação da decisão.

c) As apelações poderão ser interpostas quer em relação a todo o julgado, quer em relação a parte dele.

d) Caberá recurso, no sentido estrito, da decisão que receber a denúncia ou a queixa.

e) No caso de concurso de agentes, a decisão do recurso interposto por um dos réus aproveitará a todos, ainda que fundado em motivos de caráter exclusivamente pessoal.

Gabarito: C

Comentários: Letra "a": errada. O Mp não pode desistir do recurso interposto. Art. 576 do CPP. Ele pode não recorrer, mas não pode desistir do já interposto.

Letra "b": errada. O art. 577, parágrafo único estabelece que é necessário demonstrar o interesse na inconformidade e consequentemente na reforma da decisão.

Letra "c": correta. Art. 599 do CPP. O Apelante pode decidir apelar apenas contra uma parte da decisão. Por exemplo, o réu pode recorrer para impugnar o regime a ele estabelecido e não necessariamente quanto ao quantum da pena.

Letra "d": errada. Não cabe recurso nesse caso. O rese é utilizado para atacar a decisão que rejeita a inicial.

Letra "e": errada. Se for de caráter exclusivamente pessoal, não há que se falar em efeito extensivo da decisão.

49. A Lei nº 12.403/2011 inseriu no ordenamento jurídico brasileiro as medidas cautelares diversas da prisão. Assinale qual a alternativa correta a respeito desse instituto.

a) A audiência de custódia ainda não está regulamentada por lei no Brasil. A concretude desse instinto se deu em razão da previsão na Convenção Americana de Direitos Humanos e por ato normativo do CNJ.

b) A audiência de custódia não é compreendida como um direito humano nos estatutos internacionais.

c) A Para o STJ a alegação de nulidade da prisão em flagrante em razão da não realização de audiência de custódia no prazo legal não fica superada com a conversão do flagrante em prisão preventiva.

d) A audiência de custódia está devidamente regulamentada, na lei 12.850/13, no Brasil.

e) Na audiência de custodia é obrigatória a presença e oitiva dos agentes policiais responsáveis pela prisão ou pela investigação.

Gabarito: A

Comentários: letra "a": correta. A audiência de custódia não está prevista em nenhuma lei em sentido estrito. Trata-se de uma regulamentação do CNJ (número 213).

Letra "b": Errada. É direito humano previsto no art. 9º, item 3, do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos das Nações Unidas, bem como o art. 7º, item 5, da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica).

Letra "c": errada. Ao contrário, segundo a Tese nº 8, da edição nº 120, do Jurisprudência em Teses do STJ: *8) Realizada a conversão da prisão em flagrante em preventiva, fica superada a alegação de nulidade porventura existente em relação à ausência de audiência de custódia.*

Letra "d": errada. A referida lei define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, dentre outras disposições. Nada fala, todavia, sobre audiência de custódia.

Letra "e": errada. Ao contrário, "é vedada a presença dos agentes policiais responsáveis pela

prisão ou pela investigação durante a audiência de custódia", nos termos do parágrafo único do art. 4º da Resolução 213-CNJ.

50. A respeito do inquérito policial, marque a incorreta.

a) É escrito.

b) É público.

c) É dispensável.

d) Não possui contraditório e ampla defesa.

e) É sigiloso.

Gabarito: B

Comentários: Letra "a": De fato aquilo foi realizado deve ser materializado no auto adequado.

Letra "b": correta.O art. 20 do CPP trata sobre o tema. Ele é em regra sigiloso.

Letra "c": Não é peça obrigatória para uma posterior ação penal.

Letra "d": o Inquérito é marcado pela inquisitorialidade.

Letra "e": De fato é sigiloso, havendo exceções para o juiz, ministério público e advogado do suspeito.

51. Em relação ao processo penal:

a) Expressamente previsto na Constituição Federal, o princípio do promotor natural garante a todo e qualquer indivíduo o direito de ser acusado por órgão imparcial do Estado, previamente designado por lei, vedada a indicação de acusador para atuar em casos específicos.

b) De acordo com o CPP, a analogia equivale à norma penal incriminadora, protegida pela reserva legal, razão pela qual não pode ser usada contra o réu.

c) No sistema inquisitivo, a confissão é considerada a rainha das provas e predominam nele procedimentos exclusivamente escritos.

d) A interpretação extensiva é um processo de integração por meio do qual se aplica a uma determinada situação para a qual inexiste hipótese normativa própria um preceito que regula hipótese semelhante.

e) No Estado democrático moderno não há espaço para a aplicação do princípio processual denominado favor rei, que contraria o jus libertatis do acusado.

Gabarito: C

Comentários: Letra "a": errada. O princípio do Promotor Natural é uma construção doutrinária que sustenta exatamente o que consta no enunciado, ou seja, que toda pessoa tem o direito de ser acusada por órgão imparcial do Estado, previamente designado por lei, vedada a indicação de acusador para atuar em casos específicos. Todavia, a Doutrina majoritária entende que tal princípio se encontra implícito na CF, e não EXPLÍCITO.

Letra "b": errada. A Lei processual penal admite, por expressa previsão no art. 3º do CPP, a interpretação extensiva, a aplicação analógica (analogia), ainda que desfavoráveis ao réu, e o suplemento dos princípios gerais de Direito. Vejamos: Art. 3o A lei processual penal admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito.

Letra "c": correta. Uma das características do sistema inquisitivo, não adotado pelo nosso ordenamento processual, é a utilização da confissão como "prova máxima", ou a "rainha das provas". Ou seja, uma vez tendo havido confissão, seriam desnecessárias quaisquer outras provas para que o acusado pudesse ser condenado. Além disso, no sistema inquisitivo, como regra, há predomínio de procedimentos escritos (e sigilosos), não havendo espaço para debates orais.

Letra "d": errada. Item errado, pois esta é a exata definição da ANALOGIA. A interpretação extensiva não é processo de integração, e sim de INTERPRETAÇÃO da norma processual.

Letra "e": errada. Pois o favor rei, princípio que determina a decisão favorável ao réu em caso de dúvida, é adotado pelo nosso ordenamento jurídico, e não contraria em nada o ius libertatis do acusado, muito pelo contrário.

52. No que pertine à inépcia da denúncia ou da queixa, é correto afirmar que:

a) Ocorre quando, na denúncia/queixa, não há a identificação do acusado com seu verdadeiro nome ou outros qualificativos.

b) Quando faltar justa causa para o regular exercício da ação penal.

c) Acontece quando a inicial acusatória não contém o rol de testemunhas.

d) Tem cabimento quando ausente uma ou algumas das condições da ação penal.

e) A doutrina a entende como sinônimo de criptoimputação.

Gabarito: E

Comentários: Letra "a": errada. A identificação do acusado não precisa necessariamente ser com seu 'verdadeiro nome'; não se exige qualificação, sendo suficientes "esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo", nos termos do art. 41 do CPP. O importante é que se possa saber exatamente quem é, individualizar o sujeito acusado.

Letra "b": errada. Justa causa é o equivalente a suporte probatório mínimo; diz respeito ao conteúdo da acusação; tem a ver com a existência de elementos informativos que dão lastro para a imputação. Portanto, não diz respeito à inépcia. Inépcia e ausência de justa causa são defeitos distintos, inclusive previstos em incisos diferentes do art. 395 do CPP para efeito de rejeição da denúncia.

Letra "c": errada. O rol de testemunhas não é essencial e deverá ser apresentado quando necessário. Art. 41CPP.

Letra "d": errada. Mais uma vez institutos que não se confundem: inépcia e falta de condições da ação penal. O primeiro constante do inciso I e o último no inciso II do art. 395 do CPP.

Letra "e": correta. Conceito: "A doutrina denomina criptoimputação a imputação contaminada por grave situação de deficiência na narração do fato imputado, quando não contém os elementos mínimos de sua identificação como crime, como às vezes ocorre com a simples alusão aos elementos do tipo penal abstrato".

53. Em relação ao processo penal, é correto afirmar que:

a) O interrogatório do acusado, por constituir exercício do direito de defesa, não pode ser por ele dispensado, sob pena de nulidade.

b) É ilícita a prova de crime obtida por meio de interceptação telefônica judicialmente autorizada nos autos de inquérito policial destinado à apuração de outro crime.

c) De acordo com a CF, a inviolabilidade do sigilo de correspondência e comunicações telefônicas poderá ser quebrada por ordem judicial para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

d) A lei é fonte imediata do processo penal, e, dado o princípio da reserva legal, aos estados-membros é vedado sobre ele legislar.

e) A garantia de que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória significa que mesmo quem for preso em flagrante cometendo homicídio será possuidor da presunção de inocência.

Gabarito: E

Comentários: Letra "a": errada. a Doutrina majoritária entende que o interrogatório, exatamente por ser um mecanismo de exercício do direito de defesa, pode ser dispensado pelo acusado, ou seja, uma vez devidamente intimado para o interrogatório, o acusado pode não comparecer.

Letra "b": errada. a Doutrina entende que, neste caso, não houve violação à intimidade, já que a medida foi decretada de forma legal, ou seja, obedecendo aos critérios estabelecidos em lei para sua decretação. Assim, uma vez realizada de forma legítima a interceptação, a descoberta fortuita (serendipidade) de provas da existência de OUTRO CRIME não é ilegal, sendo considerada prova lícita.

Letra "c": errada. Item errado, pois o art. 5º, XII da CF/88 admite apenas a quebra do sigilo das comunicações telefônicas, não das correspondências: Art. 5º (...) XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei

estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

Letra "d": errada. Item errado, pois apesar de caber à União a competência para legislar sobre direito processual penal, o art. 22, § único da CF-88 prevê que Lei Complementar possa autorizar os estados-membros a legislarem sobre questões específicas de direito processual penal.

Letra "e": correta. O princípio da presunção de inocência prega que ninguém poderá ser considerado culpado antes do trânsito em julgado de sentença penal condenatória. Vale frisar que o STF relativizou tal princípio ao admitir a execução provisória da pena quando já houver sentença condenatória proferida por órgão colegiado de segundo grau de jurisdição (HC 126.292).

54. Antônio foi preso em flagrante sob a acusação da prática de tráfico de drogas. A polícia apreendeu seu telefone celular. O Delegado abriu o aplicativo *Whatsapp* no celular do suspeito e verificou que, nas conversas de Antônio, as mensagens comprovaram que ele realmente negociava drogas e assumia a prática crimes graves. As referidas mensagens foram transcritas pelo escrivão e juntadas ao inquérito policial, em forma de certidão. Nessa situação hipotética, de acordo com as regras de admissibilidade das provas no processo penal brasileiro, marque a alternativa CORRETA.

a) É necessária ordem judicial, tanto para a apreensão de telefone celular, como também para o acesso às mensagens de *whatsapp*.

b) Como se trata de procedimento preliminar investigatório, não é necessário a prévia autorização judicial para que a autoridade policial possa ter acesso ao *whatsapp* da pessoa que foi presa em flagrante delito.

c) É necessária prévia autorização judicial para que a autoridade policial possa ter acesso ao *whatsapp* da pessoa que foi presa em flagrante delito.

d) Tendo em vista que é dispensável ordem judicial para apreensão de telefone celular, também não é necessária autorização para o acesso as mensagens de *whatsapp,* visto que se trata de medida implícita à apreensão.

e) é necessário somente requisição do Ministério Público para o acesso às mensagens de *whatsapp*.

Gabarito: C

Comentários: Letra "a": errada. Não é necessária ordem judicial para apreensão do aparelho celular.

Letra "b": errada. É necessária a ordem judicial para o acesso ao aplicativo.

Letra "c": correta. "Apreender os objetos que tiverem relação com o fato" e "colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias" está dentre as atribuições da autoridade policial (art. 6º, CPP). Todavia, quanto ao acesso dos dados é diferente. O enunciado da seguinte Tese do STJ (edição nº 111, do Jurisprudência em Teses) é esclarecedor:

7) É ilícita a prova colhida mediante acesso aos dados armazenados no aparelho celular, relativos a mensagens de texto, SMS, conversas por meio de aplicativos (WhatsApp), e obtida diretamente pela polícia, sem prévia autorização judicial.

Letra "d": errada. A dispensabilidade da ordem judicial para a apreensão do aparelho não se aplica à medida de acesso às informações. É sempre bom se atentar ao direito da inviolabilidade da intimidade.

Letra "e": errada. É necessária ordem judicial.

55. A Constituição Federal assegura, com exclusividade, ao tribunal do júri:

a) Soberania dos veredictos, competência para julgar crime contra a vida, contraditório e plenitude de defesa.

b) Sigilo das votações, soberania dos veredictos, competência para julgar crimes dolosos contra a vida e plenitude de defesa.

c) Competência para julgar crimes contra a vida, a exemplo do latrocínio, plenitude de defesa e soberania dos veredictos.

d) Mitigação da defesa e sigilo das votações.

e) Publicidade das votações e incomunicabilidade do conselho de sentença.

Gabarito: B

Comentários: A) errada: Não se presta a julgar qualquer crime contra a vida, mas apenas os dolosos. Homicídio doloso, instigação, induzimento ou auxílio ao suicídio, infanticídio, aborto provocado pela gestante ou com o seu consentimento, aborto provocado por terceiro sem o consentimento da gestante.

B) CORRETA: É o que prevê o 5, inciso XXXVIII da CF.

C) errada: Latrocínio é crime contra o patrimônio.

D) errada: A defesa deve ser plena.

E) ERRADA: A votação deve ser sigilosa e a incomunicabilidade do conselho de sentença advém da legislação infraconstitucional e não da própria constituição.

56. Gerson está respondendo a procedimento investigatório, conduzido por delegado de Polícia Civil. Em meio a investigação foi decretado sigilo do inquérito policial para assegurar as investigações. Nessa situação hipotética, marque a alternativa CORRETA:

a) O sigilo decretado no inquérito policial não impede que os meios de comunicações televisivas tenham acesso, tendo em vista a necessidade de se preservar a ordem pública.

b) O advogado poderá examinar aos autos do inquérito policial ainda que tenha sido decretado o seu sigilo.

c) O advogado poderá examinar aos autos do inquérito policial e ainda ter informações sobre os atos de investigação que ainda serão realizados.

d) O advogado somente terá acesso aos autos do inquérito policial se não for decretado o seu sigilo, caso em que terá que aguardar a instauração do processo judicial.

e) Nos crimes hediondos o advogado do indiciado não terá acesso aos autos para assegurar a proteção das investigações.

Gabarito: B

Comentários: A) errada: sigilo, previsto no art. 20 do CP, impede acesso dos meios de comunicação.

B) CORRETA: O sigilo, regra geral, não se aplica ao advogado. Veja-se Súmula Vinculante nº 14. A autoridade policial somente "poderá delimitar o acesso do advogado aos elementos de prova relacionados a diligências em andamento e ainda não documentados nos autos, quando houver risco de comprometimento da eficiência, da eficácia ou da finalidade das diligências", nos termos do § 11 do art. 7º do EOAB.

C) errada: Parte final não confere, conforme disposição legal citada.

D) errada: Mesmo no caso de sigilo o advogado teria acesso.

E) ERRADA: conforme explicações precedentes. Não há previsão legal nesse sentido. O fato de o crime ser hediondo ou grave não interfere no raciocínio.

57. O recurso de apelação:

a) Possibilita um juízo de retratação pelo em juiz em até 48 horas.

b) É cabível em face da decisão que pronunciar o réu.

c) É cabível na execução penal em face da decisão que nega a progressão de regime.

d) É cabível em face de decisão do Tribunal do Júri quando a decisão dos jurados for manifestamente contrária à prova dos autos.

e) Deve ser interposta no prazo de 15 dias, com prazo em dobro para a Defensoria Pública.

Gabarito: D

Comentários: A) errada: O juízo de retratação é o que se chama de efeito regressivo do recurso. Esse efeito não está previsto para a apelação.

B) errada: A decisão de pronúncia é impugnada via recurso em sentido estrito.

C) errada: Em todas as decisões proferidas pelo juiz da execução é cabível agravo em execução. Art. 197 da LEP.

D) correta. Art. 593, III, Alínea D do CPP.

E) ERRADA: O prazo da apelação é de 05 dias.

58. Conforme a legislação e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, compete à justiça:

a) federal processar e julgar os crimes de falsificação e uso de documento falso relativo a estabelecimento particular de ensino.

b) federal processar e julgar prefeito por desvio de verba transferida e incorporada ao patrimônio municipal.

c) comum estadual processar e julgar crime em que indígena figure como autor ou vítima.

d) federal processar e julgar contravenções praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades.

e) federal processar e julgar as causas cíveis em que seja parte sociedade de economia mista e os crimes praticados contra esse tipo de sociedade.

Gabarito: C

Comentários: a) ERRADA: Item errado, pois neste caso a competência será da Justiça estadual (súmula 104 do STJ).

b) ERRADA: Item errado, pois neste caso a competência é da Justiça comum estadual, conforme súmula 209 do STJ (exceto se a verba ainda está sujeita a prestação de contas perante órgão federal, na forma da súmula 208 do STJ).

c) CORRETA: Item correto, pois este é o entendimento sumulado do STJ (súmula 140 do STJ). O STJ firmou entendimento no sentido de que a competência para julgamento dos crimes que versem sobre direitos indígenas só é da Justiça Federal quando estejam ligados às questões da comunidade indígena, e não qualquer crime praticado por indígena ou contra indígena

d) ERRADA: Item errado, pois a Justiça Federal não tem competência em razão da matéria para julgar contravenções penais, na forma do art. 109, IV da CF-88.

e) ERRADA: Item errado, pois a competência da Justiça Federal não alcança as sociedades de economia mista, na forma do art. 109, IV da CF-88.

59. O habeas corpus é o instrumento jurídico correto para

a) impugnar ato monocrático de ministro do Supremo Tribunal Federal.

b) trancar ação de impeachment.

c) discutir a legalidade de medida protetiva de vítima de violência doméstica.

d) discutir o direito de ir e vir, desde que o habeas corpus seja patrocinado por advogado constituído.

e) discutir o direito de visita a presidiários.

Gabarito: C

Comentários: a) ERRADA: Item errado, pois o STF possui entendimento no sentido de que não é cabível o manejo do HC para impugnar decisão monocrática de ministro, devendo ser manejado o recurso cabível.

b) ERRADA: Item errado, pois a ação de impeachment não representa nenhuma ameaça, nem mesmo potencial, à liberdade de locomoção.

c) CORRRETA: Item correto, pois as medidas protetivas de urgência podem estabelecer restrições à liberdade de locomoção do indivíduo (não se aproximar de determinados locais ou pessoas, etc.), motivo pelo qual é cabível o manejo do HC (STJ – HC 298.499/AL).

d) ERRADA: Item errado, pois o HC pode ser impetrado sem necessidade de advogado, na forma do art. 654, §1º do CPP.

e) ERRADA: Item errado, pois neste caso não há qualquer violação à liberdade de locomoção, de maneira que será cabível o manejo do Mandado de Segurança.

60. Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá:

a) em todos os casos, proceder ao exame de corpo de delito.

b) colher informações sobre a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa.

c) prender o réu e proceder a identificação criminal.

d) proceder a busca domiciliar independentemente de autorização judicial.

e) determinar que o investigador de polícia se dirija ao local do crime e recolha todas as informações e provas, preservando o local até a chegada dos peritos.

Gabarito: B

Comentários: a) ERRADA: O exame de corpo de delito será realizado em infrações que deixem vestígios.

b) Correta: Disposição contida no art. 6, X, do CPP. Incluído pela lei 13257 de 2016. Essa lei dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância.

c) Errada: Primeiro deve-se investigar o crime.

d) ERRADA: A busca domiciliar depende de autorização judicial.

e) ERRADA: O local deve ser preservado e primeiramente será realizada a perícia, para só após ser realizado o recolhimento dos objetos de interesse policial.

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

Fernando Bezerra

61. Em relação à Lei das Contravenções Penais (Lei n. 3.688/41), apresentam conduta própria de contravenção penal:

1. Inumar ou exumar cadáver.

2. Estabelecer ou explorar jogo de azar em lugar público ou acessível ao público, mediante o pagamento de entrada ou sem ele.

3. Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa alheia.

4. Participar de associação de mais de cinco pessoas, que se reúnam periodicamente, sob compromisso de ocultar à autoridade a existência, objetivo, organização ou administração da associação.

Assinale a alternativa correta:

a) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.

b) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.

c) Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.

d) Somente as afirmativas 1, 2 e 4 são verdadeiras.

e) Somente as afirmativas 3 e 4 são verdadeiras.

Gabarito: D

Comentários: 1. VERDADEIRO. Conduta própria de contravenção penal prevista no art. 67 da Lei 3.688/41.

2. VERDADEIRO. Conduta própria de contravenção penal prevista no art. 50 da Lei 3.688/41.

3. FALSO. A assertiva trouxe o crime de dano, previsto no art. 163 do Código Penal.

4. VERDADEIRO. Conduta própria de contravenção penal prevista no art. 39 da Lei 3.688/41.

62. Em relação a Lei de Drogas (Lei 11.343/06), assinale a assertiva correta.

a) Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trouxer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido, dentre outras, a pena de prestação pecuniária.

b) Ao indivíduo condenado pela infração penal prevista no art. 28, deverá a autoridade judicial aplicar isoladamente, as penas de advertência sobre os efeitos das drogas; prestação de serviços à comunidade ou medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.

c) A internação involuntária de indivíduos dependentes de drogas poderá ser requerida a pedido de servidor público da área de saúde, desde que na absoluta falta de familiar ou responsável legal.

d) Aquele que oferecer droga a pessoa de seu relacionamento, eventualmente e sem objetivo de lucro, para juntos consumirem, ficará sujeito às mesmas penas imputadas àquele que adquirir, guardar, tiver em depósito e transportar drogas para consumo próprio.

e) A internação involuntária perdurará apenas pelo tempo necessário à desintoxicação, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, tendo seu término determinado pelo médico responsável;

Gabarito: C

Comentários: Letra a) INCORRETO: O crime descrito na assertiva encontra-se no art. 28 da Lei de Drogas, porém a pena de prestação pecuniária não está prevista para quem comete o referido delito. Vejamos o dispositivo:

Art. 28. Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trouxer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas:

I - advertência sobre os efeitos das drogas;

II - prestação de serviços à comunidade;

III - medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.

Letra b) INCORRETO: O juiz PODERÁ aplicar as penas de forma ISOLADA OU CUMULATIVAMENTE, conforme o art. 27 da Lei 11.343/06.

Art. 27. As penas previstas neste Capítulo PODERÃO SER APLICADAS ISOLADA OU CUMULATIVAMENTE, bem como substituídas a qualquer tempo, ouvidos o Ministério Público e o defensor.

Letra c) CORRETO: Conforme art. 23-A, §3º, II da Lei 11.343/06:

II - INTERNAÇÃO INVOLUNTÁRIA: aquela que se dá, sem o consentimento do dependente, A PEDIDO DE FAMILIAR OU DO RESPONSÁVEL LEGAL OU, NA ABSOLUTA FALTA DESTE, DE SERVIDOR PÚBLICO DA ÁREA DE SAÚDE, da assistência social ou dos órgãos públicos integrantes do Sisnad, com exceção de servidores da área de segurança pública, que constate a existência de motivos que justifiquem a medida.

Letra d) INCORRETO: As condutas, descritas na alternativa, enquadram-se em tipos penais diversos e apresentam penas distintas, vejamos os dipositivos:

Art. 28. Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trouxer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas:

I - advertência sobre os efeitos das drogas;

II - prestação de serviços à comunidade;

III - medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.

§ 1o Às mesmas medidas submete-se quem, para seu consumo pessoal, semeia, cultiva ou colhe plantas destinadas à preparação de pequena quantidade de substância ou produto capaz de causar dependência física ou psíquica.

...

Art. 33, § 3º - Oferecer droga, eventualmente e sem objetivo de lucro, a pessoa de seu relacionamento, para juntos a consumirem: Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e pagamento de 700 (setecentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa, sem prejuízo das penas previstas no art. 28.

Letra e) INCORRETA: o prazo máximo será de 90 (noventa) dias, conforme art. 23-A, § 5º, III da Lei de Drogas.

Art. 23-A, § 5º A internação involuntária:

III - perdurará apenas pelo tempo necessário à desintoxicação, no PRAZO MÁXIMO DE 90 (NOVENTA) DIAS, tendo seu término determinado pelo médico responsável;

63. Acerca dos atos processuais e os Juizados Especiais Criminais (Lei 9.099/95), julgue os itens abaixo.

1. Nos Juizados Especiais Criminais os atos processuais serão sigilosos e poderão realizar-se apenas em horário diurno e em qualquer dia da semana, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.

2. Do ato de intimação do autor do fato e do mandado de citação do acusado, constará a desnecessidade de seu comparecimento acompanhado de advogado, por conta dos critérios da simplicidade e informalidade que regem o Juizado Especial.

3. Caso o acusado não seja encontrado para ser citado, as peças existentes permanecerão no Juizado Especial Criminal, mas ficarão suspensas até que o indivíduo seja localizado.

Assinale a sequência correta.

a) V, F, V.

b) F, V, F.

c) F, F, V.

d) F, F, F.

e) V, F, F.

Gabarito: D

Comentários: 1. FALSO. Os atos processuais serão públicos e poderão ser realizados não apenas em horário diurno como trouxe a assertiva, mas também em horário noturno. Vejamos o art. 64 da Lei 9.099/95:

Art. 64 Os atos processuais serão PÚBLICOS e PODERÃO REALIZAR-SE EM HORÁRIO NOTURNO e em qualquer dia da semana, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.

2. FALSO. O comparecimento acompanhado de advogado é necessário, e na sua falta, será designado defensor público. Observe o art. 68 da Lei 9.099/95:

Art. 68 Do ato de intimação do autor do fato e do mandado de citação do acusado, constará a NECESSIDADE de seu comparecimento acompanhado de advogado, COM A ADVERTÊNCIA DE QUE, NA SUA FALTA, SER-LHE-Á DESIGNADO DEFENSOR PÚBLICO.

3. FALSO. Nos termos do art. 66, parágrafo único da Lei 9.099/95, não encontrado o acusado para ser citado, O JUIZ ENCAMINHARÁ AS PEÇAS EXISTENTES AO JUÍZO COMUM para adoção do procedimento previsto em lei.

64. Quanto às regras previstas na Lei 8.072/90 e Lei 13.964/19, assinale a alternativa correta.

a) O crime de roubo é hediondo em todas as suas modalidades;

b) O crime de roubo só admite hediondez quando perpetrado na modalidade latrocínio;

c) O pacote anticrime (Lei 13.964/19) não operou modificações quanto à incidência de hediondez às modalidades do crime de roubo;

d) O crime de roubo somente será considerado hediondo quando qualificado pelo resultado lesão corporal grave ou morte;

e) Nenhuma das alternativas anteriores.

Gabarito: E

Comentários: Letra a) INCORRETA. Nos termos do art. 1º, II da Lei 8.072/90, o roubo será hediondo somente em 3 hipóteses, quais sejam:

1. Roubo circunstanciado pela restrição de liberdade da vítima;

2. Roubo circunstanciado pelo emprego de arma de fogo ou pelo emprego de arma de fogo de uso proibido ou restrito; e

3. Roubo qualificado pelo resultado lesão corporal grave ou morte.

Art. 1º, II - roubo: (Redação dada pela Lei nº 13.964, de 2019)

a) circunstanciado pela restrição de liberdade da vítima (art. 157, § 2º, inciso V); (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

b) circunstanciado pelo emprego de arma de fogo (art. 157, § 2º-A, inciso I) ou pelo emprego de arma de fogo de uso proibido ou restrito (art. 157, § 2º-B); (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

c) qualificado pelo resultado lesão corporal grave ou morte (art. 157, § 3º); (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

Letra b) INCORRETA. Antes das alterações advindas pelo pacote anticrime (Lei 13.964/19), o roubo só admitia a hediondez quando perpetrado na modalidade latrocínio. Mas, após as modificações trazidas pelo Pacote Anticrime, foi ampliado sensivelmente o leque de opções de execução do delito de roubo. De modo que além da qualificadora do latrocínio, outras circunstâncias também passaram a figurar como modalidades hediondas de roubo.

Letra c) INCORRETA. Conforme dito na alternativa anterior, o pacote anticrime ampliou o leque de opções de execução do delito de roubo, incluindo outras modalidades do tipo penal em comento no rol de crimes hediondos, em seu art. 1º, II da Lei 8.072/90.

Letra d) INCORRETA. O crime de roubo é hediondo tanto quando qualificado pelo resultado lesão corporal grave ou morte, como também quando circunstanciado pela restrição de liberdade da vítima e circunstanciado pelo emprego de arma de fogo ou emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido, conforme se depreende do art. 1º, II da Lei 8.072/90.

Letra e) CORRETA, pois nenhuma das alternativas anteriores está correta.

65. Julgue os itens a seguir:

1. O roubo mereceu atenção especial do legislador penal na elaboração das novas regras advindas do pacote anticrime, uma vez que omissões históricas quanto à incidência da hediondez a este delito foram corrigidas;

2. O roubo continua hediondo apenas na modalidade latrocínio mesmo após as novas regras do pacote anticrime (Lei 13.964/19);

3. Dentre outras hipóteses, será considerado hediondo o crime de roubo quando circunstanciado pelo emprego de qualquer arma de fogo.

Assinale a sequência correta.

a) V, F, V.

b) F, V, F.

c) F, F, V.

d) F, F, F.

e) V, F, F.

Gabarito: A

Comentários: 1. VERDADEIRO. Antes do pacote anticrime, a hediondez do crime de roubo estava restrita apenas ao latrocínio, de modo que outras hipóteses que mereciam atenção estavam esquecidas nesse rol. Contudo, com o pacote anticrime, o legislador ampliou a incidência da Lei 8.072/90, incluindo outras modalidades de roubo no leque de crimes hediondos, suprindo uma omissão desproporcional do legislador penal.

2. FALSO. Além da modalidade latrocínio, após as alterações advindas do pacote anticrime outras circunstâncias também passaram a figurar como modalidades hediondas do roubo.

3. VERDADEIRO. Nos termos do art. 1º, II, alínea b da Lei 8.072/90, além das outras hipóteses, o roubo é considerado hediondo quando circunstanciado pelo emprego de qualquer arma de fogo. Observe o dispositivo retromencionado:

Art. 1º São considerados hediondos os seguintes crimes, todos tipificados no Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, consumados ou tentados:

(...)

II - roubo:

(...)

b) circunstanciado pelo emprego de arma de fogo (art. 157, § 2º-A, inciso I) ou pelo emprego de arma de fogo de uso proibido ou restrito (art. 157, § 2º-B);

66. Acerca da Lei n. 13.869/19 (Lei de Abuso de Autoridade), assinale a alternativa correspondente à verdadeira.

a) Existem tipos penais culposos na lei de abuso de autoridade.

b) Os tipos penais de abuso de autoridade são configurados pela prática da conduta descrita na norma legal sem a necessidade de qualquer finalidade especial de agir.

c) O crime de abuso de autoridade pode se configurar caso ocorra retificação por instância revisora de posicionamento adotado por órgão jurisdicional inferior.

d) O sujeito passivo dos crimes de abuso de autoridade restringe-se apenas ao Estado, não acolhendo o cidadão.

e) O bem jurídico tutelado pelas figuras típicas de abuso de autoridade manifestam dupla abrangência, pois ao mesmo tempo protegem as garantias e direitos dos cidadãos e a própria regularidade da prestação dos serviços públicos.

Gabarito: E

Comentários: a) ERRADO. Todos os tipos penais são dolosos

b) ERRADO. Os tipos penais de abuso de autoridade exigem dolo específico. Assim, o agente só comete o crime de abuso de autoridade se perpetrar as condutas prescritas na Lei com o intento de prejudicar alguém, beneficiar a si mesmo ou a terceiro ou por mero capricho ou satisfação pessoal.

c) ERRADO. A divergência na interpretação de lei ou avaliação de fatos ou provas não pode configurar abuso de autoridade. A Lei n. 13.869/19 teve uma evidente preocupação de evitar o designado "crime de hermenêutica", consistente na responsabilização de um operador do direito apenas por conta da divergência interpretativa manifestada por ele em contradição à posição adotada pelo órgão revisor.

d) ERRADO. Em uma perspectiva imediata, os sujeitos passivos são os cidadãos usuários dos serviços públicos os quais terão suas faculdades individuais aviltadas pela atuação excessiva dos agentes estatais. Em um plano mais mediato, figura o Estado como sujeito passivo, pois a atuação desmedida de algum agente seu ofende a sua própria credibilidade coletiva.

e) CORRETO. Os crimes da lei de abuso de autoridade são de dupla objetividade jurídica, figurando assim como interesses juridicamente abraçados pela nova legislação tanto os direitos e garantias fundamentais dos cidadãos quanto a regular e adequada prestação dos serviços públicos.

67. Em relação à Lei n. 9.613/98 , conhecida como Lei de Lavagem de Dinheiro, julgue os itens abaixo.

1. A configuração do crime de lavagem de dinheiro prescinde da indicação da autoria do delito antecedente;

2. O próprio crime de lavagem pode figurar como infração penal antecedente, mas será essencial neste caso que restem revelados indícios suficientes da perpetração de alguma outra infração penal diversa da qual tenha derivado a primeira conduta de dissimulação da origem ilícita de recursos;

3. Segundo o STJ, a denúncia do crime de lavagem de dinheiro pode vir desacompanhada de prova efetiva do delito antecedente desde que traga elementos indiciários suficientes de probabilidade da ocorrência de infração penal da qual decorreram os recursos objeto das ações de dissimulação;

Assinale a sequência correta.

a) V, V, V.

b) V, F, V.

c) F, V, F.

d) F, F, F.

e) V, V, F.

Gabarito: A

Comentários: 1. VERDADEIRO: A configuração do crime de lavagem de dinheiro independe da identificação do sujeito ativo da infração penal antecedente, conforme disposição do art. 2º, § 1º, da Lei 9613/98;

2. VERDADEIRO: É possível a incidência da própria lavagem como infração penal antecedente, para o que denomina a doutrina de lavagem sucessiva, uma vez que a lei não impôs distinção quanto à infração penal antecedente, podendo figurar qualquer uma. No entanto, neste caso particular, devem ser demonstrados os indícios de existência de algum outro ilícito penal antecedente que ensejou as primeiras ações de lavagem, como pressuposto essencial desta cadeia criminosa;

3. VERDADEIRO: Posição adotada pelo STJ ao interpretar o art. 2º, § 1º, Lei 9613/98;

68. Em relação a Lei de Tortura (Lei 9.455/97), analise as afirmativas a seguir.

1. Todas as modalidades do crime de tortura exigem finalidade especial de agir.

2. A tortura-prova exige uma relação de guarda, poder ou autoridade entre o sujeito ativo e o sujeito passivo.

3. É majorante do crime de tortura ser praticado mediante sequestro, apresentando aumento a pena de 1/6 (um sexto) até 1/3 (um terço).

4. O crime de tortura é inafiançável, insuscetível de graça ou anistia e imprescritível.

Assinale a alternativa correta.

a) Somente as alternativas 1 e 3 são verdadeiras.

b) Somente as alternativas 1 e 4 são verdadeiras.

c) Somente a alternativa 3 é verdadeira.

d) Somente as alternativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.

e) Todas as alternativas são verdadeiras.

Gabarito: C

Comentários: 1. INCORRETO. A lei de tortura exige, em regra, dolo específico, portanto finalidade especial de agir. Entretanto, tal exigência não é imposta a todas as figuras típicas como por exemplo não foi contemplada no tipo penal previsto no art. 1º, § 1º nem mesmo naquele disciplinado no art. 1º, § 2º ambos da Lei 9.455/97.

2. INCORRETO. A tortura-prova está definida no art. 1º, I, a da Lei 9.455/97, tratando-se de crime comum. A modalidade que exige relação de guarda, poder ou autoridade entre os sujeitos do delito é aquela prevista no art. 1º, II da Lei 9.455/97, portanto a hipótese classificada como tortura-castigo.

3. CORRETO. Art. 1º, §4º, III da Lei 9.455/97.

4. INCORRETO. O crime de tortura não é imprescritível, conforme o art. 1º, §6º da Lei 9.455/97.

69. Em relação ao Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03), julgue os itens.

1. São todos apenados com reclusão.

2. São apurados mediante ação penal pública incondicionada.

3. Aos maiores de 60 (sessenta) anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos.

Assinale a sequência correta.

a) V, F, V.

b) F, V, F.

c) F, F, V.

d) F, F, F.

e) V, F, F.

Gabarito: B

Comentários: 1. FALSO. Existem crimes apenados com reclusão e crimes apenados com detenção.

2. VERDADEIRO. Art. 95 da Lei 10.741/03: Os crimes definidos nesta Lei são de ação penal pública incondicionada, não se lhes aplicando os arts. 181 e 182 do Código Penal.

3. FALSO. A gratuidade mencionada na assertiva é assegurada apenas aos maiores de 65 anos, conforme o art. 39 da Lei 10.741/03.

Art. 39. Aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.

70. Em relação a identificação criminal regulada pela Lei 12.037/09, julgue os itens abaixo.

( ) O civilmente identificado nunca será submetido a identificação criminal.

( ) A identificação civil é atestada por qualquer dos documentos previstos no art. 2º, exceto a carteira de trabalho.

( ) Os documentos de identificação civil equiparam-se aos documentos de identificação militar.

Assinale a sequência correta.

a) F, F, V.

b) F, V, F.

c) V, F, F.

d) V, F, V.

e) F, F, F.

Gabarito: A

Comentários: FALSO. Existem situações excepcionais em que o civilmente identificado será submetido a identificação criminal elencadas inclusive no art. 3º da Lei 12.037/09.

FALSO. Todos os documentos que atestam a identificação civil possuem previsão no art. 2º da Lei 12.037/09. A carteira de trabalho também integrava esse rol, porém foi revogada pela Medida Provisória nº 905 de 2019. No entanto, retornou ao mencionado rol após a revogação desta MP, de modo que poderá ser utilizada novamente como parâmetro para atestar identificação civil.

VERDADEIRO. Art. 2º, parágrafo único da Lei 12.037/09.

71. De acordo com a Lei n. 11.343/2006, em relação ao comportamento previsto no art. 28, assinale a alternativa correta:

a) Em caso de descumprimento injustificado, prevê a conversão da pena de prestação de serviços à comunidade em pena de detenção;

b) Teve a conduta descriminalizada;

c) O crime continua previsto, apesar da punição ter sido atenuada;

d) Houve abolitio criminis;

e) A pena deve ser cumprida inicialmente em regime fechado, devido ao agravamento da punição da conduta.

Gabarito: C

Comentários: a) INCORRETA. De acordo com o art. 28, §6º da referida lei, caso o indivíduo descumpra injustificadamente a prestação de serviços à comunidade, poderá o juiz submetê-lo a admoestação verbal e multa, sucessivamente. Não é possível imposição de pena privativa de liberdade a este delito.

b) INCORRETA. O comportamento de porte de drogas para consumo pessoal previsto no art. 28 foi tão somente DESPENALIZADO sem que tenha se operado a descriminalização, a ponto de não ensejar o instituto da *abolitio criminis*. Isso significa que o legislador não estabeleceu como sanção nenhum mecanismo de privação da liberdade, exclusivamente impondo como medidas sancionatórias a advertência sobre os efeitos das drogas, prestação de serviços à comunidade e medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.

c) CORRETA. Como dito na explicação acima o crime foi tão somente despenalizado, o legislador não estabeleceu como sanção nenhum mecanismo de privação de liberdade, de forma que tornou as penas mais brandas ao impor como medidas sancionatórias a advertência sobre os efeitos das drogas, prestação de serviços à comunidade e medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.

d) INCORRETA. Como já dito anteriormente na explicação da letra B, não houve *abolitio criminis,* pois a conduta não deixou de ser típica, apenas foi despenalizada.

e) INCORRETA. Quem porta drogas para consumo pessoal previsto no art. 28 não cumpre pena privativa da liberdade, pois a conduta foi despenalizada.

72. Acerca da Lei de Crimes Hediondos e o crime de homicídio, julgue os itens abaixo.

a) homicídio simples para ser considerado hediondo exige que seja praticado por um grupo de extermínio.

b) não é possível que um crime de homicídio simples cometido por uma só pessoa seja considerado hediondo ainda que praticado em atividade típica de grupo extermínio.

c) o homicídio qualificado só pode ser considerado hediondo desde que praticado em atividade típica de grupo de extermínio.

d) o homicídio privilegiado caso combinado com determinadas circunstâncias qualificadoras de ordem objetiva pode ser considerado hediondo.

e) Nenhuma das alternativas anteriores.

Gabarito: E

Comentários: a) ERRADO. Não é grupo de extermínio, e sim ATIVIDADE TÍPICA de grupo de extermínio, conforme se depreende do art. 1º, I da Lei 8.072/90.

b) ERRADO. De acordo com o art. 1º, I da Lei 8.072/90, o homicídio simples para ser hediondo tem de ser praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por um só agente.

c) ERRADO. O homicídio qualificado é hediondo em todas as suas modalidades, conforme art. 1º, I da Lei 8.072/90.

d) ERRADO. O homicídio híbrido, qualificado e privilegiado ao mesmo tempo, somente é possível desde que a qualificadora seja de natureza objetiva. No entanto, ele não é considerado hediondo em nenhuma hipótese.

e) CORRETO, haja vista todas as alternativas anteriores estarem incorretas.

73. Constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante as seguintes condutas, EXCETO:

a) Omitir informação, ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias.

b) Fraudar a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operação de qualquer natureza, em documento ou livro exigido pela lei fiscal.

c) Falsificar, fabricando-a ou alterando-a, moeda metálica ou papel-moeda de curso legal no país ou no estrangeiro.

d) Elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que saiba ou deva saber falso ou inexato.

e) Negar ou deixar de fornecer, quando obrigatório, nota fiscal ou documento equivalente, relativa a venda de mercadoria ou prestação de serviço, efetivamente realizada, ou fornecê-la em desacordo com a legislação.

Gabarito: C

Comentários: a) A alternativa apresenta uma conduta que se encaixa no enunciado e está prevista no art. 1º, I da Lei 8.137/90.

b) A alternativa apresenta uma conduta que se encaixa no enunciado e está prevista no art. 1º, II da Lei 8.137/90

c) ALTERNATIVA CORRETA. A alternativa apresenta uma conduta que não se encaixa com o parâmetro normativo da questão, pois a hipótese trazida configura o crime previsto no art. 289 do Código Penal. A conduta do art. 1º, III da Lei 8.137/90 não trata de moeda metálica ou papel-moeda, mas sim de outros objetos materiais.

d) A alternativa apresenta uma conduta que se encaixa no enunciado e está prevista no art. 1º, IV da Lei 8.137/90

e) A alternativa apresenta uma conduta que se encaixa no enunciado e está prevista no art. 1º, V da Lei 8.137/90

74. São crimes eleitorais presentes na Lei 4.737/65, **EXCETO**:

a) Inutilizar, alterar ou perturbar meio de propaganda devidamente empregado.

b) Usar, como próprio, passaporte, título de eleitor, caderneta de reservista ou qualquer documento de identidade alheia ou ceder a outrem, para que dele se utilize, documento dessa natureza, próprio ou de terceiro.

c) Reter título eleitoral contra a vontade do eleitor.

d) Impedir ou embaraçar o exercício do sufrágio.

e) Promover desordem que prejudique os trabalhos eleitorais.

Gabarito: B

Comentários: a) Crime eleitoral previsto no art. 331 da Lei 4.737/65.

b) ALTERNATIVA GABARITO. A assertiva trouxe um crime previsto no Código Penal em seu art. 308.

c) Crime eleitoral previsto no art. 295 da Lei 4.737/65.

d) Crime eleitoral previsto no art. 297 da Lei 4.737/65.

e) Crime eleitoral previsto no art. 296 da Lei 4.737/65.

75. De acordo com a Lei n. 7.210/84, compete ao Juiz da execução:

1. aplicar aos casos julgados lei posterior que de qualquer modo favorecer o condenado;

2. declarar extinta a punibilidade;

3. autorizar saídas temporárias;

4. requerer todas as providências necessárias ao desenvolvimento do processo executivo;

Assinale a alternativa correta.

a) Somente 1 e 2 são verdadeiras.

b) Somente 3 e 4 são verdadeiras.

c) Somente 1, 2 e 3 são verdadeiras.

d) Somente 2, 3 e 4 são verdadeiras.

e) Somente 2 e 3 são verdadeiras.

Gabarito: C

Comentários:

1. VERDADEIRO. Art. 66, I da Lei 7.210/84

2. VERDADEIRO. Art. 66, II da Lei 7.210/84

3. VERDADEIRO. Art. 66, IV da Lei 7.210/84

4. FALSO. Incumbe ao Ministério Público, conforme art. 68, II, a, da Lei 7.210/84.

CRIMINOLOGIA

Beatriz Pestilli

76. Considerando a importância da etiologia criminal nos estudos criminológicos atuais e a vinculação existente entre as causas do crime e as teorias macrossociológicas que visam explicar e prevenir o fenômeno criminal, julgue as afirmações abaixo:

I. Não é possível verificar qualquer relação existente entre o chamado 'estilo de vida marginal' e a Teoria do Labelling Aprouch, uma vez que o indivíduo que adota a vida bandida assume as consequências de ser rotulado como criminoso.

II. Não é possível verificar qualquer relação existente entre o chamado 'estilo de vida marginal' e a Teoria da Subcultura Delinquente, uma vez que o indivíduo que adota a vida bandida assume as consequências de pertencer a uma gangue criminosa.

III. Não é possível comprovar qualquer relação existente entre o chamado 'estilo de vida marginal' e a Teoria da Anomia, uma vez que o indivíduo que adota a vida bandida assume as consequências de desrespeitar de forma constante as regras sociais.

IV. Não é possível comprovar qualquer relação existente entre o chamado 'estilo de vida marginal' e a Escola de Chicago, uma vez que o indivíduo que adota a vida bandida assume as consequências de ser criminoso independentemente de residir em áreas de grandes centros urbanos.

Assinale a alternativa correta:

a) Somente a alternativa IV é verdadeira.

b) Somente as alternativas II e III são verdadeiras.

c) Somente as alternativas I e IV são verdadeiras.

d) Somente as alternativas III e IV são verdadeiras.

e) Somente as alternativas II e IV são verdadeiras.

Gabarito: A

Comentários: A afirmação I é falsa. Na verdade, é possível verificar a existência de relações entre o 'estilo de vida marginal' e a Teoria do Labelling Aprouch, justamente porque o indivíduo que adota a vida bandida acaba sendo eternamente rotulado como criminoso, gerando um ciclo infinito de causa e efeito, que o impossibilita (ou dificulta) de retornar ao convívio social adequado.

A afirmação II é falsa. Na verdade, é possível verificar a existência de relações entre o 'estilo de vida marginal' e a Teoria da Subcultura Delinquente, justamente porque o indivíduo que adota a vida bandida acaba aderindo ou sendo forçado a se inserir em alguma gangue ou grupo criminoso, novamente gerando um ciclo infinito de causa e efeito, que o impossibilita (ou dificulta) de retornar ao convívio social adequado.

A afirmação III é falsa. Na verdade, é possível verificar a existência de relações entre o 'estilo de vida marginal' e a Teoria da Anomia, justamente porque o indivíduo que adota a vida bandida não se submete às regras sociais pois não enxerga possibilidades de atingir suas metas através dos meios disponibilizados na sociedade.

A afirmação IV é verdadeira. Somente nesta afirmativa se verifica que realmente não é possível comprovar as relações entre o 'estilo de vida marginal' e a Escola de Chicago, uma vez que o indivíduo que adota a vida bandida assume as consequências de ser criminoso independentemente de residir em áreas de grandes centros urbanos.

77. Considerando as teorias criminológicas modernas, julgue as afirmações abaixo:

I. A Teoria dos Instintos se baseia na Psicanálise Freudiana para explicar o comportamento criminoso como resultado do sentimento de culpa internalizado.

II. A Teoria dos Instintos se baseia na ideia da autojustificativa do criminoso, que busca explicar seu comportamento indevido por meio de um procedimento racional de atribuição da culpa ao outro.

III. A Teoria da Associação Diferencial entende que o comportamento criminoso pode ser aprendido por um processo de identificação, em que o indivíduo imita uma conduta delitiva, após se identificar com personagens violentos da ficção.

IV. A Teoria da Identificação Diferencial entende que o comportamento criminoso pode ser aprendido por um processo de interação social,

em que o indivíduo imita uma conduta delitiva, após vivenciá-la no processo social.

Assinale a alternativa correta:

a) As alternativas I, III e IV são verdadeiras.

b) Somente as alternativas I e III são verdadeiras.

c) Somente a alternativa I é verdadeira.

d) Somente as alternativas II e IV são verdadeiras.

e) As alternativas II, III e IV são verdadeiras.

Gabarito: C

Comentários: A afirmação I é verdadeira. A Teoria dos Instintos se baseia na Psicanálise Freudiana para explicar o comportamento criminoso como resultado do sentimento de culpa internalizado.

A afirmação II é falsa. Na verdade, a afirmativa descreve a Teoria da Neutralização, consistente na ideia da autojustificativa do criminoso, que busca explicar seu comportamento indevido por meio de um procedimento racional de atribuição da culpa ao outro, especialmente agentes públicos responsáveis por sua prisão.

A afirmação III é falsa. As afirmativas III e IV estão invertidas. Na verdade, a Teoria da Identificação Diferencial entende que o comportamento criminoso pode ser aprendido por um processo de identificação, em que o indivíduo imita uma conduta delitiva, após se identificar com personagens violentos da ficção.

A afirmação IV é falsa. É a Teoria da Associação Diferencial (não da Identificação Diferencial) que entende ser o comportamento criminoso aprendido por um processo de interação social, em que o indivíduo imita uma conduta delitiva, após vivenciá-la no processo social.

78. Julgue os itens a seguir, de acordo com as espécies de prevenção delitiva:

I. A prevenção primária é a mais eficaz forma de prevenção, apesar de atuar a médio e longo prazo, uma vez que a conscientização da população tem o condão de diminuir efetivamente as causas da criminalidade.

II. A prevenção primária é a menos eficaz forma de prevenção, uma vez que atua a médio e longo prazo, demorando muito para surtir os efeitos de diminuição criminal desejados.

III. A prevenção secundária possui um destinatário certo, uma vez que se relaciona ao criminoso preso, com objetivo de evitar sua reincidência.

IV. A prevenção terciária é a mais eficaz forma de prevenção, uma vez que ocorre após o crime e atua a curto e médio prazo, direcionando-se às pessoas e grupos vulneráveis ou em situação de risco, com mais riscos de cometer ou ser vítima de delitos.

Assinale a alternativa correta:

a) As alternativas I, III e IV são verdadeiras.

b) As alternativas II, III e IV são verdadeiras.

c) Somente as alternativas I e III são verdadeiras.

d) Somente as alternativas I e IV são verdadeiras.

e) Somente a alternativa I é verdadeira.

Gabarito: E

Comentários: A afirmação I é verdadeira. A prevenção primária é a mais eficaz forma de prevenção, apesar de atuar a médio e longo prazo, uma vez que a conscientização da população tem o condão de diminuir as causas da criminalidade.

A afirmação II é falsa. Conforme mencionado na afirmação anterior, a prevenção primária é a mais eficaz forma de prevenção, apesar de atuar a médio e longo prazo, uma vez que, mesmo demorando para surtir os efeitos de diminuição criminal desejados, a conscientização da população tem o condão de diminuir as causas da criminalidade.

A afirmação III é falsa. As afirmativas III e IV estão trocadas. Na verdade, é a prevenção terciária que possui um destinatário certo, uma vez que se relaciona ao criminoso preso, com objetivo de evitar sua reincidência.

A afirmação IV é falsa. Na verdade, a prevenção secundária ocorre após o crime e atua a curto e médio prazo, direcionando-se às pessoas e grupos vulneráveis ou em situação de risco, com mais riscos de cometer ou ser vítima de delitos.

79. Sobre as fases da Escola Positiva da Criminologia e seus respectivos autores, considere as afirmações abaixo:

I. O Positivismo Sociológico tem como principal autor Cesare Lombroso, considerado o Pai da Vitimologia.

II. Cesare Lombroso defendeu o determinismo biológico, possível de ser verificado por meio da identificação de características fisionômicas, no chamado Positivismo Antropológico.

III. O Positivismo Jurídico tem como principal autor Enrico Ferri, considerado o Pai da Sociologia Criminal.

IV. Enrico Ferri defendeu o determino sociológico no chamado Positivismo Sociológico, acreditando que os fatores sociais exerciam maior importância para determinar o comportamento criminoso, apesar de confirmar a existência de fatores biológicos, propostos por Lombroso.

Assinale a alternativa correta:

a) As alternativas I, II e IV são verdadeiras.

b) Somente as alternativas I e II são verdadeiras.

c) Somente a alternativa III é verdadeira.

d) Somente as alternativas II e IV são verdadeiras.

e) As alternativas I, III e IV são verdadeiras.

Gabarito: D

Comentários: A afirmação I é falsa. O Positivismo Sociológico tem como principal autor Enrico Ferri. Na verdade Cesare Lombroso é autor do Positivismo Antropológico e considerado o Pai da Criminologia.

A afirmação II é verdadeira. Cesare Lombroso defendeu o determinismo biológico, possível de ser verificado por meio da identificação de características fisionômicas, no chamado Positivismo Antropológico.

A afirmação III é falsa. O Positivismo Jurídico tem como principal autor Rafael Garófalo. Na verdade Enrico Ferri é autor do Positivismo Sociológico e realmente é considerado o Pai da Sociologia Criminal.

A afirmação IV é verdadeira. Enrico Ferri defendeu o determino sociológico no chamado Positivismo Sociológico, acreditando que os fatores sociais exerciam maior importância para determinar o comportamento criminoso, apesar de confirmar a existência de fatores biológicos, propostos por Lombroso.

80. Em relação aos objetos de estudo da Criminologia, considere as afirmações abaixo:

I. Controle social corresponde ao conjunto de meios, estratégias e instituições que visa punir os criminosos.

II. Vítima é o sujeito capaz de influir significativamente no fato delitivo e no processo de vitimização.

III. Crime pode ser entendido como um fenômeno social e comunitário.

IV. O indivíduo criminoso pode ser entendido como uma unidade biopsicossocial.

Assinale a alternativa correta:

a) Somente as alternativas I e II são verdadeiras.

b) Somente as alternativas I e III são verdadeiras.

c) Somente as alternativas II e III são verdadeiras.

d) As alternativas I, II e III são verdadeiras.

e) As alternativas II, III e IV são verdadeiras.

Gabarito: E

Comentários: A afirmação I é falsa. Controle social corresponde ao conjunto de meios, estratégias e instituições que visa garantir o cumprimento das normas. A função punitiva dos criminosos pertence apenas aos órgãos ou agentes formais de controle social.

A afirmação II é verdadeira. Vítima é o sujeito capaz de influir significativamente no fato delitivo e no processo de vitimização, podendo minimizar as chances se tornar vítima com alteração de seu comportamento ou estilo de vida.

A afirmação III é verdadeira. Para a Criminologia, o crime pode ser entendido como um fato social e comunitário. De forma diferente, o Direito Penal entende a conduta criminosa como a violação de uma norma jurídica.

A afirmação IV é verdadeira. A moderna Criminologia entende o criminoso como uma unidade biopsicossocial, pois sofre interferências biológicas, psicológicas e sociais para o cometimento da conduta criminosa.

DIREITO CIVIL

Lhaís Hamid

81. Para que um negócio jurídico se repute válido, requer-se que o agente seja capaz, o objeto seja lícito, possível, determinado ou determinável e seja realizado na forma prescrita em lei. Nesse sentido, o negócio jurídico será nulo exceto quando:

a) por incapacidade relativa do agente.

b) por vício resultante de lesão.

c) o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito.

d) por desacordo das partes.

e) por estado de perigo.

Gabarito: C

Comentários: Nos termos do art. 166, III, do Código Civil, o negócio será nulo quando o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito.

As letras A, B, e E trazem hipóteses de anulabilidade.

A letra D não é causa de nulidade do negócio jurídico.

82. No que tange à prova:

a) A recusa à perícia médica ordenada pelo juiz não poderá suprir a prova que se pretendia obter com o exame.

b) Em nenhuma hipótese admitir-se-á depoimento de menores de dezesseis anos.

c) Não tem eficácia a confissão se provém de quem não é capaz de dispor do direito a que se referem os fatos confessados.

d) A escritura pública, lavrada em notas de tabelião, é documento dotado de fé pública, fazendo prova relativa da autenticidade.

e) O instrumento particular, feito e assinado, ou somente assinado por quem esteja na livre disposição e administração de seus bens, prova as obrigações convencionais de qualquer valor, bem como operam-se seus efeitos imediatamente em relação a terceiros.

Gabarito: C

Comentários: É o que dispõe o art. 213 do CC:

Não tem eficácia a confissão se provém de quem não é capaz de dispor do direito a que se referem os fatos confessados.

Parágrafo único. Se feita a confissão por um representante, somente é eficaz nos limites em que este pode vincular o representado.

Letra A errada, nos termos do art. 232 do CC: A recusa à perícia médica ordenada pelo juiz poderá suprir a prova que se pretendia obter com o exame.

Letra B, errada, nos termos do art. 228 do CC:

Não podem ser admitidos como testemunhas:

I - os menores de dezesseis anos;

§ 1º Para a prova de fatos que só elas conheçam, pode o juiz admitir o depoimento das pessoas a que se refere este artigo.

Letra D errada. Dispõe o art. 215, caput, do CC:

A escritura pública, lavrada em notas de tabelião, é documento dotado de fé pública, fazendo prova plena.

Letra E Errada, nos termos do art. 221 do CC:

O instrumento particular, feito e assinado, ou somente assinado por quem esteja na livre disposição e administração de seus bens, prova as obrigações convencionais de qualquer valor; mas os seus efeitos, bem como os da cessão, não se operam, a respeito de terceiros, antes de registrado no registro público.

83. Sobre a posse, assinale a incorreta:

a) a coisa pode ser indivisível.

b) detentor é aquele que, achando-se em relação de dependência para com outro, conserva a posse em nome deste e em cumprimento de ordens ou instruções suas.

c) possuidor é todo aquele que não tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade.

d) possuidor de má-fé responde pela perda, ou deterioração da coisa, ainda que acidentais, salvo se provar que de igual modo se teriam dado, estando ela na posse do reivindicante.

e) A posse pode ser adquirida pela própria pessoa que a pretende ou por seu representante, e,

ainda, por terceiro sem mandato, dependendo de ratificação.

Gabarito: C

Comentários: A assertiva está errada, conforme ensina o art. 1.196 do CC:

Considera-se possuidor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade.

Todas as outras alternativas estão corretas:

A: Art. 1.199. Se duas ou mais pessoas possuírem coisa indivisa, poderá cada uma exercer sobre ela atos possessórios, contanto que não excluam os dos outros compossuidores.

B: Art. 1.198. Considera-se detentor aquele que, achando-se em relação de dependência para com outro, conserva a posse em nome deste e em cumprimento de ordens ou instruções suas.

D: Art. 1.218. O possuidor de má-fé responde pela perda, ou deterioração da coisa, ainda que acidentais, salvo se provar que de igual modo se teriam dado, estando ela na posse do reivindicante.

E: Art. 1.205. A posse pode ser adquirida:

I - pela própria pessoa que a pretende ou por seu representante;

II - por terceiro sem mandato, dependendo de ratificação.

84. Na celebração de um negócio jurídico bilateral, uma das partes, intencionalmente, silenciou a respeito de fato que a outra parte ignorou e que, se fosse conhecido, não se teria celebrado o negócio jurídico. Constou no instrumento contratual cláusula que as partes renunciaram ao prazo para pleitear a anulação do negócio por vício do consentimento.

Pode-se corretamente afirmar, em relação à cláusula de renúncia, que:

a) é anulável a renúncia ao prazo decadencial previsto em lei

b) em regra, não aplicam-se à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.

c) prescreve em quatro anos a pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos.

d) a decadência prevista em lei deve ser alegada na primeira oportunidade que falar nos autos, sob pena de preclusão.

e) se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição e o juiz pode suprir a alegação.

Gabarito: B

Comentários: B, nos termos do art. 207 do CC:

Salvo disposição legal em contrário, não se aplicam à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.

As letras A, C, D e E estão erradas, nos termos dos seguintes artigos do CC:

A. art. 209:

É nula a renúncia à decadência fixada em lei.

C. Art. 206.

Prescreve:

§ 3 o Em três anos:

I - a pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos;

D. Art. 211: Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, mas o juiz não pode suprir a alegação.

E: Art. 211. Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, mas o juiz não pode suprir a alegação.

85. Nos termos da atual jurisprudência, os incapazes, quando praticarem atos que causem prejuízos a outrem, terão responsabilidade

a) subsidiária, incondicional, mitigada e imparcial.

b) solidária, condicional, agravada e imparcial.

c) subsidiária, condicional, mitigada e equitativa.

d) solidária, condicional, mitigada e equitativa.

e) solidária, incondicional, agravada e equitativa.

Gabarito: C

Comentários: Nos termos da atual jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, os incapazes, quando praticarem atos que causem prejuízos, terão responsabilidade subsidiária, condicional, mitigada e equitativa.

Subsidiária, pois apenas se verificará quando os seus genitores não tiverem meios para ressarcir a vítima.

Condicional e mitigada, pois dependerá de o menor possuir patrimônio e não poderá ultrapassar o limite humanitário do patrimônio mínimo do infante.

Equitativa, pois a indenização deverá ser equânime, sem a privação do mínimo necessário para a sobrevivência do incapaz.

(STJ. 4ª Turma. REsp 1.436.401-MG, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, julgado em 2/2/2017 (Info 599).

DIREITOS HUMANOS

Ricardo Torques

86. Os fundamentos são as bases e premissas sobre as quais os Direitos Humanos encontram suas razões. Considerando a doutrina dominante, assinale a alternativa correta:

a) De acordo com o pensamento filosófico predominante, haverá uma filiação a uma ou outra fundamentação, sendo descabido afirmar a impossibilidade de estabelecer os fundamentos dos direitos humanos.

b) O fundamento moral dos direitos humanos está em normas anteriores e superiores ao direito estatal posto, decorrente de um conjunto de ideias de origem divina ou fruto da natureza humana.

c) Para os adeptos do fundamento racional dos direitos humanos, estes não aferem sua validade em normas positivadas, mas extraem validade diretamente de valores da coletividade humana.

d) Para os positivistas, em linha oposta ao jusnaturalismo, o fundamento dos direitos humanos consiste na existência a lei positiva, justificando-se graças à sua validade formal.

e) A corrente jusnaturalista sustenta uma visão laica dos direitos humanos, não vinculada à religião, mas à razão humana, que distingue o homem dos demais seres, sendo profundamente influenciada pelo pensamento iluminista.

Gabarito: D

Comentários: A **alternativa D** está correta é o gabarito da questão. O fundamento positivista opõe-se fortemente ao fundamento jusnaturalista pois nega a pré-existência dos direitos humanos, sendo todos decorrentes das normas estatais. Assim, com a formação dos Estados Constitucionais de Direito, os direitos humanos foram escritos em textos legais – principalmente os constitucionais – e passaram a ser reconhecidos. Antes de serem positivados, são considerados apenas como valores e juízos morais.

A **alternativa A** está incorreta. A corrente negativista afirma não ser possível definir um fundamento para os direitos humanos. Para Norberto Bobbio, por exemplo, existem três motivos que impossibilitam tal tarefa: (1) divergências quanto à definição de qual seria o conjunto de direitos abrangidos; (2) em razão de sua historicidade, os Direitos Humanos constituem disciplina que está em constante evolução e (3) direitos Humanos constituem uma categoria de direitos heterogênea, por vezes conflituosa, exigindo do aplicador a técnica da ponderação de interesses

A **alternativa B** está incorreta. Para a corrente jusnaturalista, o fundamento dos Direitos Humanos está em normas anteriores e superiores ao direito estatal posto, decorrente de um conjunto de ideias, de origem divina (Escola de Direito Natural de Razão Divina) ou fruto da natureza humana (Escola de Direito Natural Moderna).

A **alternativa C** está incorreta. Para os adeptos da fundamentação moral, os direitos humanos consistem no conjunto de direitos subjetivos originados diretamente dos princípios e independentes da existência de regras prévias. Logo, direitos humanos podem ser considerados direitos morais que não aferem sua validade por normas positivadas, mas extraem validade diretamente de valores morais da coletividade humana.

A **alternativa E** está incorreta. A corrente racional é que defende uma visão laica dos direitos humanos, não vinculada à natureza ou à religião. Nesse caso, a vinculação se dá em relação à razão humana, pois fortemente influenciada pelo

pensamento iluminista que centrou o foco da reflexão filosófica no homem.

87. Os direitos humanos são dotados de historicidade, ou seja, decorrem de um processo de formação histórica, de modo que surgem e se solidificam em razão das lutas da sociedade. Sobre a afirmação histórica dos direitos humanos, pode-se afirmar corretamente:

a) Os direitos humanos ganharam grande destaque no cenário internacional após a Segunda Guerra Mundial, embora já existissem sinais de sua proteção nesse âmbito.

b) Os direitos humanos só passaram a ser verdadeiramente reconhecidos com a sua positivação nas cartas constitucionais dos Estados.

c) Não existem registros de manifestações de direitos humanos anteriores à Idade Média e à formação do Estado Absolutista.

d) A Democracia Ateniense e a República Romana encontraram limitações ao poder político em razão da subordinação dos governantes à lei divina.

e) Durante o Reino Davídico, os governantes estavam submetidos ao império da lei e a participação popular era intensa no processo político.

Gabarito: A

Comentários: A **alternativa A** está correta é o gabarito da questão. Após a Segunda Guerra Mundial, diz-se que houve grande avanço na internacionalização dos direitos humanos, mas isso não significa que tais direitos só ganharam relevo com o término da guerra. A primeira fase de internacionalização dos direitos humanos ocorreu no início do século XIX e durou até o final da Segunda Guerra, merecendo destaque o direito humanitário, a luta contra a escravidão, a regulação dos direitos dos trabalhadores e a criação da OIT - Organização Internacional do Trabalho.

A **alternativa B** está incorreta. A positivação dos direitos humanos em constituições é um dos últimos degraus de sua evolução histórica.

A **alternativa C** está incorreta. Os direitos humanos manifestam-se, ainda que embrionariamente, desde o Período Axial, séculos VIII a.C. e II a.C., quando começaram a surgir princípios e diretrizes fundamentais da vida.

A **alternativa D** está incorreta. A Democracia Ateniense caracteriza-se pela subordinação social à lei e com ativa participação popular no processo político. Em Roma, observa-se a limitação do poder político por meio da instituição de um complexo sistema de controles recíprocos entre os diversos órgãos.

A **alternativa E** está incorreta. No Reino de Davi / Reino Davídico, é possível observar mecanismos de limitação do poder político, visto que os governantes estavam subordinados à lei divina. Nessa fase, os governantes não criam o direito para justificar o exercício de seu poder, mas estão submetidos a um conjunto de princípios e normas superiores e de caráter divino.

88. Em dezembro de 1984, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes. A Convenção entrou em vigor no Brasil apenas em 1989 e estabelece que:

a) Os Estados deverão tomar medidas de caráter legislativo e judicial, vedadas as administrativas, a fim de impedir a prática de atos de tortura em seus territórios.

b) Excepcionalmente poderão ser invocadas circunstâncias que justifiquem a tortura, a exemplo do estado de guerra e das instabilidades políticas internas.

c) Os atos de tortura deverão ser considerados crimes quando esta for efetivamente consumada, na modalidade tentada ou quando houver cumplicidade ou participação.

d) Em virtude do devido cumprimento à ordem de superior hierárquico, esta poderá ser invocada como justificação para a tortura.

e) Em respeito à soberania dos Estados, poderá ser realizada a expulsão, devolução ou extradição do indivíduo, ainda quando restarem razões substanciais para crer que este corre perigo de ser submetido à tortura.

Gabarito: C

Comentários: A **alternativa C** está correta é o gabarito da questão. A alternativa está fundamentada no art. 4º, §1º da Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes: "*Cada Estado Parte assegurará que todos os atos de tortura sejam considerados crimes segundo a sua legislação penal. O mesmo aplicar-se-á à tentativa de tortura e a todo ato de qualquer pessoa que constitua cumplicidade ou participação na tortura.*"

A **alternativa A** está incorreta. O art. 2º, §1º estabelece que "*cada Estado Parte tomará medidas eficazes de caráter legislativo, administrativo, judicial ou de outra natureza, a fim de impedir a prática de atos de tortura em qualquer território sob sua jurisdição.*"

A **alternativa B** está incorreta. O art. 2º, §3º veda expressamente que sejam invocadas circunstâncias para justificar ou legitimar a tortura: "*Em nenhum caso poderão invocar-se circunstâncias excepcionais tais como ameaça ou estado de guerra, instabilidade política interna ou qualquer outra emergência pública como justificação para tortura.*"

A **alternativa D** está incorreta. Nos termos do art. 2º, §3º: "*A ordem de um funcionário superior ou de uma autoridade pública não poderá ser invocada como justificação para a tortura.*"

A **alternativa E** está incorreta. O art. 3º, §1º da Convenção prevê que "*nenhum Estado Parte procederá à expulsão, devolução ou extradição de uma pessoa para outro Estado quando houver razões substanciais para crer que a mesma corre perigo de ali ser submetida a tortura.*"

89. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), proclamada em 1948, representa um marco na história dos direitos humanos ao estabelecer, pela primeira vez, a proteção universal de tais direitos. Com base na DUDH, assinale a alternativa correta sobre os direitos assegurados:

a) A Declaração, em seu preâmbulo, apresenta a inerência dos direitos humanos, a sua essencialidade, mas não apresenta tais direitos como relevantes para o desenvolvimento de relações entre Estados.

b) A DUDH prima pelo reconhecimento da igualdade entre todos os seres humanos, inclusive vedando que sejam feitas distinções fundadas na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença.

c) Para a Declaração Universal dos Direitos Humanos, rompendo com a corrente jusnaturalista, não há que se falar em direitos humanos inatos.

d) Estão previstos expressamente o Princípio da Legalidade, da Intranscendência da Pena e da Irretroatividade da Lei Penal.

e) A DUDH assegura a proteção à vida privada, à família, à honra e à reputação, mas nada dispõe sobre a inviolabilidade de correspondência e dados.

Gabarito: B

Comentários: A **alternativa B** está correta é o gabarito da questão. Nos termos do art. II, §2º da Declaração Universal dos Direitos Humanos: "*Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania.*"

A **alternativa A** está incorreta. A DUDH faz uma série de considerações no preâmbulo, afirmando que "*o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo*", a essencialidade dos direitos humanos e sua proteção pelo império da lei e "*ser essencial promover o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações*", tais relações serão atingidos, ainda que indiretamente, com a observância e respeito pelos direitos humanos.

A **alternativa C** está incorreta. O artigo I, de forte influência jusnaturalista, prevê que "*todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.*"

A **alternativa D** está incorreta. A DUDH consagra o Princípio da Legalidade e da Irretroatividade, mas nada dispõe sobre a Intranscendência da Pena.

A **alternativa E** está incorreta. De acordo com o art. XII da Declaração: "*Ninguém será sujeito à interferência em sua vida privada, em sua família, em seu lar ou em sua correspondência, nem a ataque à sua honra e reputação. Todo ser humano tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques.*"

90. Sobre o processo de incorporação dos tratados internacionais à ordem jurídica, assinale a alternativa correta:

a) Os atos que não gerem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional não precisam ser aprovados pelo Parlamento, assim como os tratados internacionais de direitos humanos.

b) Após a aprovação pelo Congresso Nacional, os tratados internacionais já estão aptos a produzir seus efeitos e gerar obrigações.

c) O Brasil adota a Tese Dualista, de modo que somente com a promulgação do tratado internacional na ordem interna é possível falar em vinculação.

d) Após a ratificação e o depósito do tratado internacional, este vinculará o Estado e produzirá efeitos na ordem interna.

e) Embora existam duas teses para explicar a vinculação dos tratados internacionais, entende-se que o Brasil não adota nem a tese monista, nem a tese dualista.

Gabarito: E

Comentários: A **alternativa E** está correta e é o gabarito da questão. O Brasil não adota a tese monista, nem a tese dualista. Vejamos: no Brasil os tratados precisam ser publicados na ordem interna (o que afasta o monismo), mas não são transformados em lei interna (o que afasta o dualismo). Há a promulgação de um decreto executivo autorizando a execução do tratado na ordem interna. Não há transformação em lei desse tratado internacional, mas apenas autorização por decreto para que seja executado no Brasil, conforme entendimento perfilhado pelo STF.

A **alternativa A** está incorreta. Os tratados internacionais de direitos humanos não prescindem de aprovação pelo Congresso Nacional, visto que assunção de obrigações, por intermédio de um tratado, implica, em regra, uma série de consequências importantes para o Estado, ou seja, geram "compromissos gravosos". É muito comum que esses tratados imponham, por exemplo, a implementação de políticas públicas por parte do Estado, o que certamente gerará custos significativos.

A **alternativa B** está incorreta. Após a aprovação pelo Congresso Nacional, ainda resta a fase de ratificação e de depósito do tratado. A aprovação do Congresso Nacional consiste numa autorização para que o Estado se obrigue internacionalmente.

A **alternativa C** está incorreta. Como visto, o Brasil não adota a Tese Monista nem a Tese Dualista.

A **alternativa D** está incorreta. A partir da ratificação e do depósito, o tratado internacional passa a vincular o Estado no cenário internacional. Contudo, internamente, é necessária uma última fase: a promulgação do tratado internacional na ordem interna.

INFORMÁTICA

Ranielison dos Passos

91. Sobre o aplicativo libreoffice Writer e suas funcionalidades, marque a alternativa correta.

a) Esse editor de texto tem a desvantagem de não permitir a gravação de dados em formatos comerciais, tal como o PDF.

b) O recurso "Nota de Rodapé" possibilita a criação de uma nota ao final do texto que está sendo editado.

c) Para se criar um recuo à esquerda no trecho de um texto, é possível através da opção Parágrafo, localizada no menu Formatar.

d) Clicando-se duas vezes, sequencialmente, e uma letra do texto todo o parágrafo será selecionado.

e) Por padrão, os arquivos salvos no aplicativo terão a extensão .OPT.

Gabarito: C

Comentário: Letra A: Errado. É possível exportar para exportar formato PDF, para isso, usuário deverá clicar no menu arquivo ou na opção disponível na faixa de opções.

Letra B: Errado. Realmente é possível criar notas de rodapé, mas o conteúdo será apresentado no final da página e não no final do texto.

Letra C: Certo. Através do menu formatar é possível realizar várias operações de formatação de texto, entre elas, a formatação do parágrafo, como, por exemplo, o alinhamento, assim como afirmado na questão.

Letra D: Errado. Para selecionar todo o parágrafo usuário deverá clicar 4 vezes sequenciais, sendo 2 cliques sequenciais a opção para selecionar a palavra.

Letra E: Errado. A extensão padrão para documentos elaborados no aplicativo Writer é ODP e não OPT.

92. No OpenOffice Calc, considere que as células A1, A2, A3, B1, B2, B3, C1, C2, C3 da planilha estão preenchidas, respectivamente, com os seguintes valores inteiros: 8, 9, 5, 2, 8, 4, 3, 7, 6. Ao se digitar a fórmula =MÍNIMO(A1:C3; 1) em uma célula, o resultado será:

a) 2

b) 15

c) 4

d) 1

e) 6

Gabarito: D

Comentário: Essa questão está cobrando do usuário sobre as fusões que retornam a maior expressão do intervalo e a menor expressão no intervalo, máximo e mínima, respectivamente. dentro do intervalo apresentado o valor mínimo serão 2, mas a função representou dentro de parênteses o intervalo de A1 até C3 que também deve ser considerado o valor **1** para encontrar o mínimo, sendo esse o resultado **(1)**.

93. São componentes de um computador que pode, ser classificados como dispositivo periférico de entrada e saída (misto):

a) Mouses.

b) Teclados.

c) Scanners.

d) WebCam.

e) Discos magnéticos.

Gabarito: E

Comentário: Letra A: Errado. O mouse é considerado um periférico de entrada, pois ao clicar estaremos enviando as informações ao computador, ou seja, entrada de dados.

Letra B: Errado. O teclado também é um periférico apenas de entrada, pois quando pressionadas as teclas estará enviando as informações ao computador.

Letra C: Errado. O scanner é considerado um dispositivo de entrada de dados, pois ele captura a imagem digitalizada e envia ao computador.

Letra D: Errado. A webcam também é um dispositivo de entrada, pois ele captura a imagem e envia ao computador.

Letra E: Certo. Discos magnéticos, HDs, são considerados dispositivos mistos, permitindo a leitura da informação pelo computador e também é capaz de receber informações do computador, a gravação dos dados.

94. O comando **pwd** no Linux permite:

a) trocar a senha do usuário.

b) analisar o estado de uma impressora.

c) enviar mensagem pela rede.

d) descobrir qual é o diretório atual.

e) visualizar um arquivo texto.

Gabarito: D

Comentário: Letra A: Errado. O comando utilizado para alterar a senha do usuário é **passwd.**

Letra B: Errado. O comando que verifica o status de uma impressora é **lpstat.**

Letra C: Errado. Não existe necessariamente um comando específico para isso podendo o usuário realizar várias ações para que a mensagem seja enviada pela rede.

Letra D: Certo. Realmente esse comando exibe uma mensagem na tela do computador do

usuário informando em qual diretório o usuário se encontra, desde o diretório raiz. São comuns questões tentando confundir o candidato entre os comandos **pwd** e **passwd**.

Letra E: Errado. Para essa ação poderá ser utilizado o comando **cat**.

95. As redes intranets são estruturadas de maneira que as organizações possam operar suas informações internas de forma segura, não pública. Para isso:

a) os usuários da rede necessitam de autenticação, ou seja, de fornecimento de nome de login e senha.

b) os usuários precisam utilizar computadores de mesa, os desktops, pois notebook e smartphone, por exemplo, não podem se conectar a uma rede interna.

c) os funcionários comuns não podem acessar essa rede, apenas os diretores e sócios da organização terão acesso aos dados internos.

d) os usuários precisam estar necessariamente dentro do ambienta da empresa, já que não é possível acessar os dados de forma externa.

e) os usuários deverão concentrar sua atenção nas atividades da empresa, pois não é possível acessar a internet através de uma rede intranet.

Gabarito: A

Comentário: Letra A: Certo. Realmente esse tipo de rede exige autenticação de acesso, sendo mais comum a utilização de login e senha.

Letra B: Errado. Tanto os computadores de mesa, smartphone, notebook, celulares, tablet, podem acessar um ambiente internet. Basta que o dispositivo tenha acesso à rede e o usuário autenticação de acesso.

Letra C: Errado. Esse tipo de rede está disponível para vários usuários de uma empresa, basta ter um login senha de acesso para isso, não apenas aos sócios como informado na questão.

Letra D: Errado. É preferível que os acessos sejam realizados de forma interna, mais é possível acessar este ambiente externamente, através de uma rede extranet.

Letra E: Errado. Uma rede intranet pode sim estar conectado à internet, através de várias ferramentas de segurança que protege o ambiente interno.

MEDICINA LEGAL

Paulo Bilyskyj

96. São drogas psicoanálepticas e psicodisléptica respectivamente:

a) Merla e LSD.

b) Crack e oxi.

c) Heroína e maconha.

d) Haxixe e morfina.

e) Ecstasy e Cocaína.

Gabarito: A

Comentários: Letra a: correta. A merla é uma droga psicoanaléptica, e o LSD é uma droga psicodisléptica.

Letra b: errada. O crack e a oxi são drogas psicoanalépticas.

Letra c: errada. A heroína é uma droga psicoléptica e a maconha é psicodisléptica.

Letra d: errada. O haxixe é uma droga psicodisléptica e a morfina é psicoléptica.

Letra e: errada. O ecstasy é uma droga psicodisléptica e a cocaína é psicoanaléptica..

97. Ao tratarmos dos fenômenos transformativos conservadores, o único que **NÃO** citamos é a:

a) Saponificação.

b) Corificação.

c) Maceração.

d) Calcificação.

e) Mumificação.

Gabarito: C

Comentários: Letra a: errada. A saponificação é mais um processo conservador que transforma o cadáver em uma substância de consistência untuosa, mole e quebradiça, de tonalidade amarelo-escura, dando uma aparência de cera ou

sabão. Daí nome sapo(sabão)nificação ou adipo(gordura)cera.

Letra b: errada. A corificação é um fenômeno que foi descrito em 1985, quando foram encontrados cadáveres que originalmente foram acolhidos em urnas metálicas fechadas hermeticamente, principalmente de zinco. Por esse motivo o corpo é preservado, pois os fatores transformativos não têm a possibilidade de ocorrer. Acredita-se que haja sim um processo inicial de putrefação, mas por motivos ainda não muito bem explicados o processo é interrompido, dando origem a outro de mumificação natural.

Letra c: correta. A maceração não é um fenômeno conservador, mas sim processo transformativo destrutivo que se dá em meio líquido. Pode ocorrer em meio asséptico e em meio séptico, sendo o primeiro reservado aos fetos retirados do útero post mortem e o segundo aos afogados em geral.

Letra d: errada. A calcificação é fenômeno conservador que se caracteriza pela petrificação ou calcificação do corpo. Ocorre mais comumente em fetos mortos e retidos na cavidade uterina, denominados litopédios (ou crianças de pedra).

Letra e: errada. A mumificação é o fenômeno conservador mais conhecido. O processo de mumificação pode se dar, segundo Genival França, de três maneiras diferentes: natural, artificial e misto. O meio artificial foi eternizado pelos egípcios; mas saibam que diversas culturas ao redor do globo já empregaram diferentes meios para mumificar seus pares.

98. Tanto o calor como o frio podem lesar o organismo, seja de forma difusa, seja de forma localizada. A partir dessa afirmação, assinale a alternativa **INCORRETA** acerca das lesões causadas pelo calor:

a) Nas queimaduras de terceiro grau podemos observar o Sinal de Devergie.

b) O Sinal de Montalti é decorrência da aspiração de fuligem.

c) O Sinal de Christinson é encontrado nas queimaduras de primeiro grau.

d) Sinéquia é a cicatriz gerada pela retração da pele queimada.

e) O Sinal de Chambert está presente nas queimaduras de segundo grau.

Gabarito: A

Comentários: Letra a: errada. O Sinal de Devergie não é encontrado nas queimaduras de 3º grau, mas sim nas queimaduras de 4º grau (carbonização). Neste caso a queimadura atinge o osso, poderá ser total ou parcial. A queimadura pode destruir todo o corpo de forma generalizada, permanecendo alguns tecidos que permitem a identificação, a carbonização total é rara, pois exigem longo tempo exposto ao fogo como no caso de incineração em que haverá destruição dos tecidos.

Se um indivíduo for carbonizado vivo ou logo após a morte a retração dos músculos leva à posição de boxeador ou atitude de saltimbanco, ou atitude de epistótomo. Os membros superiores ficam semifletidos, os dedos das mãos posicionados em garra, o cadáver fica na posição de lutador de boxe, é o chamado Sinal de Devergie.

Letra b: correta. Nas mortes por calor (queimadura - agente vulnerante térmico) temos a presença de ao menos três características:

1. Sinal de Montalti – Presença de marca enegrecida na árvore respiratória em decorrência da aspiração de fuligem;

2. Presença de fuligem nas vias digestivas;

3. Presença de carboxihemoglobina (HbCO) no sangue, em percentual acima de 50%. .

Letra c: correta. Segundo a classificação das queimaduras de Hoffman na de 1º grau (ERITEMA OU RUBEFAÇÃO - vermelhidão), a pele apresenta edema e aumento da temperatura local. A pele descasca de 3 (três) a 4 (quatro) dias. Ex.: queimadura do sol. Esse eritema também é chamado de “Sinal de Christinson”.

Letra d: correta. A Nas queimaduras de 3º grau (ESCARIFICAÇÃO), a queimadura vai da pele ao plano muscular gerando uma placa de necrose dura e de cor preta que, ao ser retirada, deixa uma úlcera (ferida). Geralmente a cicatrização se dá colocando enxerto, porém, em razão da retração na pele fica uma cicatriz chamada sinéquia. São as chamadas escarificarão do derma, elas não se curam, se cicatrizam.

Letra e: correta. De acordo com a classificação das queimaduras de Hoffman, nas queimaduras de 2º grau (FLICTENAS – BOLHAS - OU VESICAÇÃO), há as chamadas "bolhas" contendo líquido amarelado rico em proteínas (exudato), também é chamado de "Sinal de Chambert".

99. O transtorno sexual chamado de DOLISMO está presente quando há um desejo sexual por:

a) cadáveres.

b) estátuas.

c) crianças.

d) bonecas.

e) animais.

Gabarito: D

Comentários: Letra a: errada. O desejo sexual por cadáveres chama-se NECROFILIA.

Letra b: errada. O desejo sexual por estátuas chama-se PIGMALIANISMO.

Letra c: errada. É a PEDOFILIA a predileção sexual por crianças.

Letra d: correta. DOLISMO: Esta expressão é oriunda de um anglicismo (doll = boneca) e caracteriza-se pela atração que o indivíduo tem por bonecas e manequins, mirando-as ou exibindo-as, ou até mesmo chegando à relação sexual com elas.

Letra e: errada. O desejo sexual por animais chama-se ZOOFILISMO.

100. Quando duas lesões cortantes se sobrepõem, podemos identificar a ordem que ocorreram devido ao/à:

a) Sinal de Bonnet.

b) Sinal de Thoinot.

c) Sinal de Nysten.

d) Lei de Langer.

e) Sinal de Chavigny.

Gabarito: E

Comentários: Letra a: errada. O Sinal de Bonnet é produzido na superfície óssea do crânio em caso de disparo encostado com arma de fogo. Também conhecido como sinal do "EMBUDO" OU SINAL DO FUNIL, caracteriza o orifício de entrada e de saída em tábua óssea do crânio".

Letra b: errada. O Sinal de Thoinot apresenta-se nos sulcos produzidos pelo enforcamento, localiza-se nas margens do sulco formando uma zona violácea.

Letra c: errada. A Lei de Nysten trata sobre a ordem de instalação (e dissolução) da rigidez cadavérica.

Letra d: errada. A Lei de Langer atua nas lesões produzidas por instrumento perfurante de médio calibre, pois nas regiões onde há cruzamento de muitas fibras, as feridas tomam a forma de quadrilátero, triângulo ou seta, resultante do equilíbrio dessas forças (lei da elasticidade).

Letra e: correta. Sinal de Chavigny: duas lesões incisas (produzidas por instrumento cortante) se sobrepondo (se cruzam), a primeira será de bordos fechados com a contração da pele, pois a segunda foi realizada já com o tecido cortado, assim podemos verificar qual ocorreu primeiro.

Gabarito

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
B	C	E	D	B	C	A	A	B	D
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
E	D	E	C	A	B	D	D	E	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	D	C	C	A	B	D	E	C	D
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	A	B	A	C	C	C	E	B	D
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
B	A	D	C	E	C	B	C	A	B
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
C	E	E	C	B	B	D	C	C	B
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
D	C	D	E	A	E	A	C	B	A
71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
C	E	C	B	C	A	C	E	D	E
81	82	83	84	85	86	87	88	89	90
C	C	C	B	C	D	A	C	B	E
91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
C	D	E	D	A	A	C	A	D	E

Conheça nosso sistema de questões!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no banner e aproveite os descontos e bônus imperdíveis!



Conheça nossos cursos

Cursos para Delegado da PCPR

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE:
PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.

1. 

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.

2. 

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).

3. 

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).

4. 

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).

5. 

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).

6. 

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).

7. 

Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.

8. 

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.